



**Questões de coesão gramatical e lexical em
textos dissertativo-argumentativos
de alunos do ENEM**

Jesuane Lucas de Freitas

Porto, Setembro de 2009

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da
Universidade do Porto para a obtenção do grau de Mestre
em Linguística, sob orientação da Professora Doutora
Fátima Silva.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais esta etapa na minha caminhada pedagógica, percebi que algumas pessoas foram importantes e contribuíram para o meu crescimento. Talvez só agradecimento não seja suficiente para expressar a gratidão que tenho por estas pessoas que estiveram presentes na minha novela de formação e, principalmente, na minha vida.

Primeiramente, quero agradecer a DEUS, por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida. Este DEUS a quem eu agradeço tem-me dado vida, saúde, alegria e força para eu conseguir concluir esta pesquisa.

Agradeço também ao Sadi Fernando Júnior, esposo querido, amoroso, compreensivo, que esteve e está sempre presente em todos os momentos da minha vida dando muita força e apoio.

Com certeza não poderia de deixar de agradecer à Doutora Fátima Silva pela sua paciência, competência, inteligência, dedicação e, principalmente, pela sua generosidade para com minha pessoa.

RESUMO

Este estudo tem como objecto de análise o tratamento de algumas questões de coesão gramatical e lexical num conjunto de textos dissertativo-argumentativos realizados por alunos do Ensino Médio brasileiros no contexto dos exames do ENEM (Exames Nacionais do Ensino Médio).

Tomando como ponto de partida o conceito de texto e os principais mecanismos que asseguram a sua coesão, analisamos (20) vinte redacções de alunos que participaram do exame do ENEM de 2008 e 2009, explorando, nesses textos, alguns problemas de coesão gramatical e lexical frequentes.

A partir da análise qualitativa e quantitativa realizada, colocamos a hipótese de que os alunos brasileiros sentem dificuldades ou não estão aptos a empregar em seus textos os mecanismos de coesão gramatical e lexical, procurando, ainda que de forma muito sintética, tecer algumas considerações que possam auxiliar os professores no ensino da construção textual, de tal forma que a sua intervenção junto dos alunos lhes permita vir a produzir textos coesos e coerentes.

ÍNDICE

0. Introdução	1
1. Princípios definitórios do texto dissertativo-argumentativo	3
2. Texto dissertativo-argumentativo e mecanismos de coesão lexical e gramatical	15
3. Mecanismos de coesão gramatical e lexical num corpus de exames do ENEM	23
4. Conclusão	51
5. Referências bibliográficas	53
Anexos	57

0. INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objecto de análise os mecanismos de coesão lexical e gramatical em textos dissertativo-argumentativos.

O tratamento deste objecto de estudo decorre do tratamento de um conjunto de textos produzidos por estudantes brasileiros que se submetem ao exame do ENEM, no final do Ensino Médio.

O nosso objectivo é explorar, nesses textos, alguns problemas de coesão gramatical e lexical, que ocorrem com muita frequência, para testar a nossa hipótese de que os alunos brasileiros, em geral, sentem dificuldades em utilizar nos seus textos os mecanismos de coesão gramatical e lexical, e ainda propor um plano de intervenção pedagógica, que permita colmatar as lacunas detectadas.

A motivação para realizar esta pesquisa resultou do nosso primeiro contacto com estes textos e da necessidade de determinar, enquanto docente deste grau de ensino, os problemas mais relevantes neste domínio, para eventualmente poder proceder à sua colmatação.

Para a prossecução deste plano de trabalho, seguimos o percurso a seguir descrito.

No primeiro capítulo, definem-se os conceitos de texto, de tipo de texto, com particular interesse no texto argumentativo, e de género textual, explicitando brevemente os mecanismos constitutivos deste género textual.

No segundo capítulo, centramos a atenção nos mecanismos de coesão, explicitando quais os tipos de coesão existentes e os seus elementos constitutivos, bem como a

distinção entre coesão referencial e coesão sequencial, e salientamos alguns elementos que nos parecem relevantes para a construção do texto dissertativo-argumentativo.

No terceiro capítulo, realizamos a análise do *corpus* seleccionado, especificando previamente o procedimento seguido para a sua selecção e organização, assim como a motivação e objectivos subjacentes a esse procedimento. No âmbito da análise propriamente dita, efectuamos um estudo qualitativo e quantitativo dos dados. Na sequência da sua avaliação, propomos um plano de intervenção pedagógica destinado a colmatar alguns dos problemas analisados.

No quarto capítulo, intitulado *Conclusão*, aferimos do grau de cumprimento dos objectivos propostos, sintetizamos o percurso realizado e propomos a continuidade do estudo realizado, através da sugestão de trabalho futuro.

1. PRINCÍPIOS DEFINITÓRIOS DO TEXTO DISSERTATIVO- -ARGUMENTATIVO

Falar de texto dissertativo-argumentativo implica convocar alguns conceitos operatórios básicos: texto, tipos de texto e gêneros textuais. No sentido de explicitar alguns princípios subjacentes à definição de cada um destes conceitos, estruturamos este capítulo em três secções. Assim, começamos por propor uma breve definição de texto, definindo, nesse contexto, os critérios fundamentais da textualidade e a determinação de diferentes tipos de sequências textuais, passando, de seguida, ao levantamento de algumas propriedades caracterizadoras da sequência argumentativa, para finalizarmos com uma breve referência à noção de género, em geral, e ao género dissertação, em particular.

1.1. Breve definição de texto

A questão de saber o que é o texto tem ocupado muitos linguistas, que, em função da perspectiva teórica adoptada, propõem várias definições. Neste estudo, seguimos a definição dada por Koch (2005: 30), na medida que ela postula uma concepção do texto como processo dinâmico e interaccional:

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interaccional, são capazes de construir , para ela, determinado sentido.

Portanto, o texto é definido pela autora como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos seleccionados e ordenados pelos falantes durante a actividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interacção, não apenas a descodificação de conteúdos semânticos, em resultado da activação de estratégias e processos cognitivos, como também a interacção de acordo com as práticas socioculturais.

Na mesma linha de pensamento e a partir de uma perspectiva em que os processos sociais e linguísticos estão inter-relacionados, Bronckart (1999:75) chama de texto «toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente».

Por sua vez, Marcuschi (1983) define texto como um acto de comunicação unificado num complexo universo de acções humanas, considerando que se trata de uma unidade de linguagem em uso que não pode ser confundida com um aglomerado de frases, já que o significado das partes que o constituem depende das correlações que elas mantêm entre si e não podem ser isoladas do contexto em que se inserem.

A concepção de unidade linguística em uso é igualmente defendida por Fiorin (1990: 12), que considera que um texto não pode ser visto como uma peça isolada nem analisado apenas na manifestação da individualidade de quem o produz.

Podemos associar a esta concepção de texto a ideia de que, na sua essência, é um objecto empírico (Coutinho: 2002), um signo linguístico actualizado no momento da interacção.

Desta forma, o texto pode ser considerado o resultado da manifestação da capacidade textualização do ser humano, assim como o produto do processo comunicativo, devendo, para ser reconhecido como tal, seguir determinados princípios.

1.2. Critérios da textualidade

Beaugrande & Dressler (*apud* Val, 2006: 10) definem um conjunto de sete princípios ou critérios fundamentais para se considerar um texto como tal, designando-os como critérios de textualidade – coesão, coerência, aceitabilidade, informatividade, intencionalidade, intertextualidade e situacionalidade, à explicitação dos quais subjaz a ideia de que a produção textual é um evento comunicativo em que convergem as acções lingüísticas, cognitivas e sociais.

Embora seja o critério de coesão aquele que nos interessa explorar neste trabalho, uma vez que é responsável pela conexão entre as partes e as ideias do texto que se dá por mecanismos gramaticais e lexicais, referir-nos-emos também, de seguida, ainda que muito resumidamente, aos outros factores mencionados, seguindo Koch (2005: 35-47) e Val (2006: 10- 16).

Assim, a *coesão* refere-se ao modo como os elementos linguísticos se organizam e interligam ao nível da superfície textual para formar a tessitura que define o texto, enquanto a *coerência* corresponde ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual permitem veicular sentidos, sendo, nesse âmbito, responsável pela produção de sentido para o texto. Outra propriedade considerada é a *situacionalidade*, que diz respeito aos elementos responsáveis pela pertinência e relevância do texto quanto ao contexto em que ocorre, tanto do ponto de vista da sua adequação à situação comunicativa como no que diz respeito aos reflexos que pode ter sobre a própria situação comunicativa. Definindo o critério da *informatividade*, os autores consideram que ela se relaciona com a capacidade informativa do texto, ou seja, com o grau de novidade e previsibilidade contidas em um texto, o que provoca, em consequência, maior dificuldade ou facilidade na compreensão do texto. Por sua vez, a *intencionalidade* diz respeito aos objectivos entendidos pelo locutor no acto comunicativo, traduzindo-se no empenhamento em produzir uma manifestação linguística que seja coesa e coerente. Como contraparte da intencionalidade surge a *aceitabilidade*, que se refere à expectativa do receptor de que o texto tenha coerência e coesão, além de lhe ser útil e relevante, o que implica cooperação entre os interlocutores, pois quem produz um texto tem sempre a intenção de que este seja compreendido, e quem recebe espera que o mesmo faça sentido. Finalmente, a *intertextualidade* é definida como a propriedade que manifesta a relação entre um texto e outros textos que já fazem parte do universo de conhecimento do interlocutor, tornando o processo de reconstrução plena do texto dependente do conhecimento de outros textos.

1.3. Estratégias de progressão textual

As definições apresentadas de texto, bem como os princípios de textualidade referidos, podem ser equacionados com uma concepção processual de texto e, de forma

mais relevante para o estudo em questão, com os mecanismos responsáveis pela sua progressão.

Considerando o processamento textual, Koch (2005: 32-34) refere três grandes sistemas de conhecimento que para ele contribuem: *o linguístico, o enciclopédico e o interaccional*. O conhecimento linguístico, que integra o conhecimento lexical e gramatical, é responsável pela organização do material linguístico na superfície do texto, pelos mecanismos coesivos para efectuar remissão ou sequencialização textual, e por último, pela selecção lexical adequada ao tema ou modelos cognitivos activados. Por sua vez, o conhecimento enciclopédico encontra-se armazenado na memória de cada ser humano, seja de tipo declarativo ou episódico. Finalmente, o terceiro sistema de conhecimento, ou seja, o *conhecimento interaccional*, relaciona-se com inter-acção através da linguagem, podendo subdividir-se em conhecimento ilocucional, *ilocucional, comunicacional, metacomunicativo e superestrutura*¹.

Estes sistemas de conhecimento associados ao processo incremental de construção do texto têm de garantir a continuidade de sentidos e o constante movimento de progressão e de retroacção, mediante uma série de estratégias ou procedimentos destinados a assegurar a continuidade referencial. Essas estratégias podem ser cognitivas, interaccionais e textuais.

As estratégias cognitivas, em sentido restrito, são aquelas que consistem na execução de algum cálculo mental por parte dos interlocutores, facilitando ou permitindo o processamento incremental, quer em termos de produção, quer em termos de compreensão, consistindo basicamente na execução de algum cálculo mental por parte dos interlocutores.

¹ O conhecimento ilocucional consiste no conhecimento sobre os tipos de actos de fala, que costumam ser verbalizados por meio de enunciações características, o que exige dos interlocutores o conhecimento necessário para a captação do objecto ilocucional. O conhecimento comunicacional diz respeito à quantidade de informação necessária numa situação concreta para que o parceiro seja capaz de reconstruir o objecto do produtor do texto. O conhecimento metacomunicativo diz respeito ao conhecimento sobre os vários tipos de acção linguística que permitem ao locutor assegurar a compreensão do texto e conseguir a aceitação, pelo parceiro, dos objectivos com que é produzido. O conhecimento acerca da superestrutura permite aos usuários reconhecer um texto como pertencente a um determinado género ou tipo (cf. Koch, 2005: 32-33).

As estratégias de ordem interaccionais, que são socioculturalmente determinadas objectivam fazer com que os jogos de linguagem decorram sem problemas, evitando que a interacção fracasse e levada a bom termo.

Por último, as estratégias textuais não deixam de ser interaccionais e cognitivas em sentido amplo, pois baseiam-se na selecção de diferentes formas de organização dos elementos linguísticos do texto. Portanto, as progressões textuais são: de organização da informação, de formulação, de referenciação e de balanceamento.

As estratégias de *organização* da informação consistem na distribuição do material linguístico na superfície textual, exigindo elementos dados e elementos novos no texto.

Quanto às estratégias de *formulação*, elas têm funções de ordem cognitiva-interaccional e podem citar-se, entre outras, a inserção e a reformulação. As *inserções* têm em geral a função de facilitar a compreensão dos interlocutores, enquanto as de *reformulação* realizam-se a partir de repetições e paráfrases, com o objectivo de facilitar a compreensão através do ritmo da fala.

As estratégias de *referenciação* pode ser activadas por meio de recursos de ordem gramatical e lexical, e, finalmente, a estratégia de *balanceamento* corresponde à relação entre informação textualmente expressa e conhecimentos prévios, pressupostos como partilhados.

1.4. Tipos de sequências textuais

Aos conceitos referidos, podemos associar um outro de nível marcadamente linguístico, que dá conta da sua estruturação, decorrendo do entendimento do texto como uma unidade composta de *n* sequências, elípticas ou completas.

Essas sequências podem ser de natureza diversa, pois o texto pode ser composto de uma só sequência ou de várias sequências de mesma natureza ou de natureza diferente, tendo o seu levantamento nos textos dado dando origem a várias propostas tipológicas.

Na consideração dessas tipologias, destacamos os nomes de Werlich (apud Lamas 2009), Marcuschi (1992).

Em 1975, Werlich propôs uma classificação dos textos em cinco tipos em função que define como sequências típicas – narração, descrição, exposição, argumentação e instrução.

Para Adam (1992), isto quer dizer que a sequência textual é uma unidade de composição inferior à do texto, constituída por orações que têm uma organização interna

específica. Seguindo de perto Werlich, este autor reconhece a validade dos tipos identificados por aquele autor, ainda que proceda a modificações e acréscimos, propondo os seguintes tipos de sequências prototípicas: narrativa; injuntiva-instrucional; descritiva; argumentativa; explicativa-expositiva; dialogal-conversacional; poética-autotélica. Sendo inspirado por

Ainda no contexto das tipologias textuais, Marcuschi (2002:3) considera cinco tipos:

Usamos a expressão *tipo textual* para designar uma espécie de construção teórica definida pela *natureza lingüística* de sua composição {aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas}. Em geral, os *tipos textuais* abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.

Assim, podemos, de forma muito resumida, distinguir estes diferentes tipos de sequências da seguinte forma:

- **Narrativa:** serve para simular, representar, figurar o mundo e as acções do homem. Um elemento central na organização da narração é a sequência temporal.
- **Descritiva:** caracteriza-se por descrever o objecto (cores, formas, dimensões texturas, etc), nele predominam as sequências de localização.
- **Expositiva:** é denominada de exposição sintética pelo processo da composição, visto que apresenta um enunciado de identificação de fenómeno, com domínio da sequência analítica ou explicitamente explicativa.
- **Injuntiva:** tem como função instruir o leitor como em receitas, manuais de instrução, etc.
- **Dialogal:** é produzido por, pelo menos, dois locutores, sendo marcadamente um a gestão de vezes entre os interlocutores, pois aquilo que um locutor diz tem de se adequar ao que o outro disse.
- **Argumentativa:** tem como objectivo dar sequências contrastivas, explícitas, sendo o referente a relação de ideias ou conceitos, na medida em que se pretende demonstrar alguma coisa;

1.5. O texto argumentativo

No contexto deste trabalho, a sequência argumentativa relaciona-se de forma clara com o género textual submetido ao exame do ENEM.

Globalmente, podemos dizer que o texto argumentativo tem como objectivo principal persuadir, convencer, levar o interlocutor a crer nas ideias apresentadas no

texto. Para isso, é fundamental utilizar os chamados elementos de coesão textual e/ou os organizadores argumentativos, como, por exemplo, advérbios, locuções adverbiais e conjunções, estabelecendo relações adequadas entre termos e também entre os parágrafos, sobretudo no desenvolvimento do texto. Além disso, é de fundamental importância que o emissor escolha a melhor estratégia para conseguir que o interlocutor compartilhe as suas ideias.

Na década de 80, a argumentação ganhou terreno nos estudos linguísticos, propiciando o surgimento da Semântica Argumentativa. Koch (2002: 10-15) defende a proposta de que o acto linguístico fundamental é o acto de argumentar. Para a autora,

o ato de argumentar é visto como o ato de persuadir que procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não criando certezas.

Desta forma, a mesma autora ressalta que a linguagem passa a ser encarada como forma de ação, ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculadora de ideologia, caracterizando-se, portanto, pela argumentatividade.

Diversas são as propostas sobre a argumentação e uma relevante é a de que:

Se argumenta en la conversación cotidiana, en una mesa redonda, en un debate, en un coloquio, en un juicio, en una asamblea, en un mitin, en una alocución parlamentaria, en la publicidad, en un artículo editorial, en uno de opinión, en una crítica de arte, de sine...Se argumenta, en fin, en cualquier situación en la que se quiere convencer o persuadir de algo a una audiencia, ya esté formada por una única persona o por toda la colectividad (Blancafort & Valls, 1999:294)

Coutinho (2003) afirma que o texto argumentativo visa convencer o interlocutor, fazendo-o adquirir uma representação cognitiva diferente da que possuía, enquanto Rodrigues (2008:130-131) acentua a construção modelos colaborativos que encaram os diversos tipos de argumentos na sua adequação ou inadequação ao discurso e na sua utilização correcta ou incorrecta.

A argumentação apresenta alguns traços característicos:(cf. Cereja e Magalhães, 2000):

- Intenção persuasiva;

- Defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto;
- Selecção de argumentos que procuram a adesão do interlocutor;
- Uso da linguagem de acordo com o padrão culto da língua;
- Posicionamento pessoal ou impessoal do locutor, dependendo de sua intenção, de quem são os interlocutores e do veículo do texto;
- Presença de palavras e expressões que induzem opiniões.

Os recursos essenciais desta função comunicativa são:

- Objecto: qualquer tema duvidoso, conflituoso, problemático, que admita diversos modos de tratamento.
- Locutor: deve manifestar uma maneira de interpretar a realidade, uma tomada de posição.
- Carácter: dialógico, sustentado pela contraposição de duas ou mais ideias.
- Objectivo: Tem como função provocar a adesão, persuadir, convencer, um interlocutor ou público de uma forma de ver um tema em debate, da aceitabilidade de uma ideia.

Em síntese, tal como afirma *Cuenca* (1995), citado por *Blancafort & Valls* (1999), o texto argumentativo apresenta uma estrutura silogística, dada por premissas/conclusão, formulada sob a forma de tese e antítese e conclusão, por um lado, e o dialogismo, dado pela confrontação entre um emissor actual e um receptor concreto ou não, presente ou representado textualmente, por outro.

Agora que já sabe-se sobre alguns elementos caracterizadores do texto argumentativo, faremos uma breve definição do que se entende por texto dissertativo baseando-se em teorias que apresentam argumentos sobre este tipo de texto.

1.6. GÉNERO DISSERTATIVO

Marcuschi (2002: 4) faz uma distinção entre tipo de texto e género de texto que é relevante para este trabalho.

Assim, aponta as seguintes características dos textos:

- São constructos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;
- Constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados;
- A sua designação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas;

- Designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição

Por sua vez, os géneros caracterizam-se pelos seguintes traços:

- São realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
- Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
- Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinada pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
- Exemplos de géneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta electrónica, bate-papo virtual, aulas virtuais.

No contexto deste trabalho, é fundamental definir o género dissertação.

De forma geral, podemos dizer que dissertar é reflectir, debater, discutir, questionar a respeito de um determinado tema, expressando o ponto de vista de quem escreve em relação a esse tema. Dissertar, assim, é emitir opiniões de maneira convincente, ou seja, de maneira que elas sejam compreendidas e aceitas pelo leitor.

De acordo com Platão & Fiorin (2005), dissertação é o tipo de texto que analisa e interpreta dados da realidade por meio de conceitos abstractos, ou seja, a referência ao mundo real faz-se através de conceitos amplos, de modelos genéricos, muitas vezes abstraídos do tempo e do espaço. Com efeito, nesse tipo de discurso, explícita ou implicitamente, está sempre presente o ponto de vista ou a opinião de quem os produz.

Fiorin (1991) defende que o texto dissertativo possui uma função predicativa, na medida em que se destina a analisar, interpretar, e explicar os dados da realidade. Portanto, dissertar é desenvolver, explicar, reflectir, analisar, conceituar, expor dados da realidade.

Neste âmbito, a estrutura de um texto do género dissertativo é a chave para a sua eficácia e obedece, de acordo com Mandrik & Faraco (1997) a três princípios reguladores básicos: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão².

² Pinto (2006) assume a mesma perspectiva, considerando que as unidades de textos estão distribuídas no universo textual com uma introdução ou bloco introdutório, um desenvolvimento ou núcleo e um fecho.

Começando pela *introdução* ou hipótese, é ela que apresenta o assunto e o posicionamento do autor. Ao posicionar-se, o autor formula uma ideia principal ou uma tese do texto. Na introdução é que se define o que será dito, é nessa parte que o autor deve mostrar ao leitor que o seu texto merece atenção. Com efeito, uma boa *introdução* é caracterizada basicamente pela clareza e delimitação dos assuntos expostos e pela orientação e encaminhamento do leitor ao assunto que será desenvolvido no decorrer do texto.

Por sua vez, o *desenvolvimento* é formado pelos parágrafos que fundamentam a tese. É a parte do texto em que ideias, conceitos, informações e argumentos serão desenvolvidos de forma criteriosa e organizada. Os argumentos são apresentados ordenadamente normalmente em parágrafos e cada parágrafo pode ser organizado de diferentes maneiras, estabelecendo relações entre causa e efeito, fazendo comparações e contrastes, através de enumerações e exemplificações indicando factores ou elementos que clarifiquem ou enfatizem uma afirmação seja ela favorável e ou contrária ao ponto de vista do autor. A ideia do desenvolvimento deve nascer na introdução e as questões abordadas devem ser apresentadas sempre por partes, de maneira gradual e progressiva. Podemos dizer desta forma que quanto melhor estruturado o desenvolvimento, maior será a expectativa do leitor em relação às ideias apresentadas.

Finalmente, a *conclusão*, constitui o fecho do texto e é o reforço, a união das ideias de forma clara e resumida expondo uma avaliação final do assunto. A *conclusão* é também responsável por fazer um balanço de todos os aspectos que foram antes abordados no decorrer do texto.

Podemos dizer então, que para uma adequada estruturação de um texto do género textual dissertativo é necessário que estes três princípios reguladores se relacionem entre si, preparando-os ou retomando-os. O texto ergue-se e toma forma a partir da continuidade de uma hipótese que concretizar-se-á através do desenvolvimento dos argumentos sendo reforçado por uma conclusão.

1.7. TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO

As composições do ENEM que analisaremos neste trabalho constituem-se como textos argumentativo-dissertativos, integrando-se no género dissertação e apresentam algumas características típicas dos textos argumentativos.

Isso não significa, no entanto, que dissertação e argumentação sejam sinónimos, pois apresentam características próprias. Se a primeira tem como propósito principal expor ou explicar, explicar ou interpretar ideias, a segunda visa a convencer, persuadir ou influenciar o leitor ou ouvinte. Na dissertação, expressamos o que sabemos ou acreditamos saber sobre determinado assunto, externando nossa opinião a respeito do que é ou nos parece ser. Na argumentação, procuramos formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a razão está connosco. Nas redacções em questão entrecruzam-se as duas orientações.

A consecução de um texto desta natureza implica, como vimos, a organização das ideias para que a progressão textual se faça em termos coerentes e coesos. Para isso, o locutor utilizará certos sinais linguísticos no texto que são pistas para ajudar os interlocutores a chegar a uma representação mental adequada do texto. O uso destes meios linguísticos subsume-se ao critério de coesão, podendo ser de natureza lexical ou gramatical.

2. TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO E MECANISMOS DE COESÃO LEXICAL E GRAMATICAL

A coesão é, como vimos, um dos critérios definidos por Beaugrande & Dressler para a textualidade de um texto. Neste sentido, Koch (2003:18) defende que o uso de elementos coesivos dá ao texto maior legitimidade, explicitando os tipos de relações estabelecidas entre os elementos linguísticos que o compõem, sendo altamente desejável, como mecanismo de manifestação superficial da coerência, especialmente em textos científicos, didáticos, expositivos, opinativos, como é o caso dos textos em análise.

No sentido de estabelecer que mecanismos de coesão são relevantes para a configuração de um texto dissertativo-argumentativo, procedemos, neste capítulo, a uma breve explicitação do conceito de coesão, passando, de seguida, ao levantamento e definição dos elementos constitutivos da coesão gramatical e lexical, termos que equacionaremos com a distinção entre coesão referencial e coesão sequencial, procurando mostrar em que medida são relevantes na construção do texto dissertativo-argumentativo.

2.1. Definição de coesão textual

Ainda segundo esta autora Koch (2005), a coesão é o fenómeno que diz respeito ao modo como os elementos presentes na superfície textual se encontram interligados, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentido.

Admitindo que a coesão facilita a progressão textual, Antunes (1996:38) reconhece que se trata de um fenómeno que concerne à organização dos elementos da superfície do texto, de modo a promover e a indicar a continuidade das ocorrências verbais, em

relação a correlação com a continuidade, progressão e unidade semântica subjacente e, ainda, em interação com outras propriedades da textualidade.

De acordo com Halliday & Hasan (cit. in Bastos, 1994:4), a coesão é um conceito semântico e refere-se às relações de sentido que ocorrem no interior do texto e que se organizam superficial e linearmente no texto, sendo reconhecível na sua superfície através de recursos como marcas linguísticas, índices formais e conectivos. Os autores acrescentam também que a coesão é expressa parcialmente através de vocábulos e envolve ainda um certo grau de coerência que inclui os vários componentes interpessoais (social, cognitivo, expressivo). Na verdade, para que um conjunto de vocábulos, frases e expressões seja considerado um texto, é preciso haver relações de sentido entre essas unidades e um encadeamento linear das unidades linguísticas presentes no texto.

Bastos acrescenta ainda que, para aqueles autores «A coesão não é uma questão do que um texto significa, mas de como está edificado semanticamente» (1994:04).

Para Halliday & Hasan (1976:04)³, a coesão de um texto determina-se pelos elementos responsáveis pela articulação entre as passagens do texto. Essa articulação decorre do facto de a interpretação de um elemento do texto se articular com outro. Isto significa que se estabelece uma rede na qual um elemento pressupõe outro. Entende-se, então, que a coesão ocorre quando um elemento do texto retoma outro elemento ou uma expressão já mencionada ou dita anteriormente no texto, é uma relação semântica que ocorre através do sistema léxico-gramatical.

Em contrapartida Marcuschi (1983:31) apresenta uma concepção diferente de coesão, ressaltando que há textos em que, mesmo não existindo elementos coesivos, a continuidade existe através do sentido. Distingue, assim, como o fazem outros autores, o conceito de coesão do de coerência, considerando que o primeiro consiste em fazer uma “costura” ou textura das sequências tipológicas como uma armação de base, ou seja, uma malha infra-estrutural do texto (cf. Marcuschi, 2004:27).

A coesão é também designada por Fávero (2007) como uma relação linear entre as frases, não sendo nem necessária, nem suficiente para a coerência, já que pode haver

³ A paráfrase realizada é feita com base na tradução do texto gentilmente realizada pelo meu esposo.

texto destituídos de coesão, mas cuja textualidade se dá no nível da coerência⁴. Para esta autora a coesão é a manifestação da coerência, advém da maneira como os conceitos e relações subjacentes são expressos na superfície de um texto.

De uma forma geral, parece claro que a coesão diz respeito aos elementos da superfície textual que funcionam como pistas para que o leitor identifique a unidade de sentido ali presente, sendo de carácter linear, já que se manifestam na organização sequencial do texto. Relaciona-se, por conseguinte, com o nível gramatical, mas também com o nível léxico-semântico, pois esta dupla relação entre os elementos que compõem o texto é fundamental para sua interpretação.

Portanto, o mecanismo de coesão faz-se presente no desenvolvimento do texto por meio de marcas, índices e formas, que podem estar vinculados à ordem em que as palavras aparecem no texto e às relações sintáticas e semânticas que elas estabelecem. Na verdade, na ordenação de um texto, o modo como se realiza a progressão temática é de grande importância, pois um texto bem elaborado deve apresentar ordem e hierarquização das unidades semânticas, conforme o seu valor comunicativo.

2.2. Mecanismos de coesão textual

De acordo com a natureza das marcas, índices e formas usadas como pistas de sinalização para orientação do interlocutor na construção de um sentido para o texto, podemos considerar diferentes tipos de coesão.

Halliday & Hasan (1976)⁵ distinguem cinco mecanismos de coesão: *referência* (pessoal, demonstrativa, comparativa); *substituição* (nominal, verbal, frásica); *elipse* (nominal, verbal frásica); *conjunção* (aditiva, adversativa, causal e temporal) e *coesão lexical* (repetição, sinonímia, hiperonímia, uso de nomes genéricos, colocação).

Parker (1988) refere que Halliday & Hasan prevêm uma divisão dos factores de coesão em lexicais e gramaticais. Enquanto a coesão lexical abrange diversas formas de reiteração (recorrência, sinónimo, hiperónimo, palavra geral) e de colocação (pares ou séries de palavras associadas), a coesão gramatical inclui a referência (pro-formas), a

⁴ Esta é a posição da maior parte dos autores aqui citados, de entre os quais destacamos Koch e Marcuschi.

⁵ Este texto foi traduzido pelo meu esposo Sadi Júnior.

substituição e a elipse, e as diversas formas de conjunção (aditiva, alternativa, adversativa, causal, temporal).

Por sua vez, Koch (2003: 18), considerando que a coesão «diz respeito a todos os processos de seqüencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa», distancia-se em alguns pontos da proposta de Halliday & Hasan, propondo reordenação dos elementos considerados em termos de dois tipos de coesão: referencial e sequencial.

A coesão referencial⁶ ocorre quando um elemento da componente superficial do texto faz remissão para outro elemento presente ou inferível, sendo constituída por formas remissivas gramaticais presas (artigos definidos e indefinidos, os pronomes adjectivos, numerais cardinais e ordinais), formas remissivas gramaticais livres (pronomes pessoais de 3ª pessoa, elipse, pronomes substantivos, indefinidos, numerais, advérbios como lá, ali, aqui, expressões adverbiais como acima, a seguir, assim, formas verbais remissivas) e formas remissivas lexicais (expressões ou grupos nominais definidos, nominalizações, expressões sinónimas, hiperónimos, formas referenciais que fornecem instruções de sentido). Considera, neste contexto, que as formas remissivas gramaticais não fornecem ao leitor/ouvinte quaisquer instruções de sentido, mas apenas instruções de conexão.

No que se refere à coesão sequencial, ela é diz, segundo esta autora, respeito «aos procedimentos por meio dos quais se estabelecem, entre segmentos do texto (...) diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas» (Koch, 2003: 53), sendo de dois tipos: parafrástica (recorrência de tempos, recorrência de estruturas, recorrência de conteúdos, recorrência de recursos fonológicos, recorrência de tempo e aspecto verbal) e frástica (conectores de diversos tipos).

Os conectores podem ser de natureza diversa e servem distintas funções de conexão. Atendendo, por uma questão de orientação do trabalho, apenas aos conectores que mais directamente se relacionam com o género textual em análise, seguimos (Koch, 2002:102

⁶ Este tipo de coesão é igualmente salientado por Duarte (2003), que a considera como um mecanismo que consiste na propriedade de assinalar, através da utilização das formas linguísticas apropriadas, que o indivíduo designado por uma dada expressão é introduzido pela primeira vez no texto, já foi mencionado no discurso anterior, se situa no espaço físico perceptível pelo locutor ou pelo alocutório e existe ou não como objecto na memória sua.

- 107) na sua enumeração dos conectores argumentativos. Os marcadores argumentativos, na medida em que funcionam como elementos responsáveis pela orientação argumentativa pretendida pelo locutor, constituem relações discursivas ou argumentativas que delineiam a estratégia argumentativa escolhida por esse locutor. Com base nos estudos de Koch (2002), destacamos as seguintes relações discursivas ou argumentativas:

- *Conjunção* em que os enunciados são agrupados e direccionados a uma mesma conclusão por meio de conectores como *e, também, não só...mas também, tanto como, além de, além disso, ainda, nem*;
- *Disjunção argumentativa*, estabelecida por argumentos alternativos, em enunciados distintos, introduzidos por *ou, ou então, quer...que seja...seja*;
- *Contração*, expressa por marcadores que direccionam a conclusões contrárias: *mas (porém, contudo todavia), embora*;
- *Explicação ou justificativa*, relativa ao enunciado anterior, introduzida por: *porque, que, já que, pois*;
- *Comparação*, manifestada a partir das relações de inferioridade, superioridade ou igualdade, geralmente, com o uso de: *(tanto, tal)...como (quanto), mais...(do) que, menos (do) que* ;
- *Especificação/exemplificação*, estabelecida a partir de um enunciado que particulariza ou esclarece uma declaração de ordem mais geral apresentada, introduzida por: *por exemplo, como*;
- *Correcção/redefinição*, um enunciado corrige, ou redefine o conteúdo do primeiro, atenuando-o ou reforçando-o: *isto é, se, ou, ou melhor, de fato, pelo contrário, quer dizer*;
- *Gradação*, que estabelece uma hierarquia dos enunciados numa escala orientada no sentido da conclusão através de operadores como: *até, mesmo, até mesmo, inclusive, ao menos, pelo menos, no mínimo*;
- *Restrição*, manifestada pelo uso de operadores como: *um pouco, pouco, quase, apenas, só, somente, os quais*.

Ainda neste domínio e baseando-se na proposta de Beaugrande & Dressler (1997), Marcuschi (1983) apresenta quatro tipos de factores de conexão sequencial:

- Repetidores – recorrência, paralelismo, e definitivação;
- Substituidores – paráfrase, pró-formas (nominais, verbais, adverbiais, e pro-sintagmas) pronominalização e elipse;
- Sequenciadores – tempo, aspecto, disjunção, conjunção, contra junção, subordinação, tema-rema;
- Moduladores – entoação e modalidades.

Viu-se que ao se buscar uma terminologia para o que seja coesão e como ela se apresenta formalmente, observa-se que não há consenso entre os pesquisadores. Muitos deles debatem inclusive o facto de coesão e coerência estarem ou não ligados, ainda que aceitam a ideia de haver coerência sem coesão. De qualquer modo, há uma concordância quando se entende que *coesão* é a que trata da ligação, da relação, da conexão entre as palavras de um texto, através de elementos formais, que assinalam o vínculo entre os seus componentes.

A distinção entre coesão gramatical e lexical é também proposta por Duarte (2003: 90).

Esta autora subdivide a coesão gramatical em:

- Coesão frásica, responsável pela ligação entre os elementos linguísticos ocorrentes a nível oracional ao nível da superfície textual;
- Coesão interfrásica, que exprime diversos tipos de interdependência semântica entre os segmentos constitutivos de um texto;
- Coesão temporal, que traduz as conexões de sequência temporal existentes entre os segmentos do texto;
- Paralelismo estrutural, definido como «presença de traços gramaticais comuns (...), da mesma ordem de palavras ou da mesma estrutura frásica em fragmentos textuais contíguos (Duarte, 2003: 110).

Em relação à coesão lexical, considera que ela é assegurada pelos seguintes mecanismos:

- Reiteração, que consiste na repetição de expressões linguísticas; baseando-se na continuidade semântica, que se caracteriza pela identidade dos traços semânticos das expressões linguísticas usadas;
- Substituição, actualizada por meio das relações de sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, meronímia e holonímia⁷.

Os mecanismos de coesão gramatical e lexical estão estreitamente ligados à estratégias de sequencialização textual que se fundam numa concepção de conectividade referencial e sequencial (Duarte; 2003)⁸.

No âmbito de um trabalho teórico com implicações didácticas, Val (2006:6-7) define a coesão como responsável pela unidade formal do texto, e refere que ela se constrói através de mecanismos gramaticais e lexicais. Os mecanismos gramaticais incluem os pronomes anafóricos, os artigos, a elipse, a concordância, a correlação entre os tempos verbais e as conjunções. Por sua vez, a coesão lexical faz-se pela reiteração, pela substituição e pela associação, considerando que a reiteração ocorre pela repetição de um item lexical e por processos como a nominalização; a substituição inclui a sinonímia, a antonímia, a hiponímia, e a hiperonímia, e, por fim, a associação ocorre quando podemos relacionar itens do vocabulário concernente a um mesmo esquema cognitivo.

Do exposto pode concluir-se que a coesão lexical e a coesão gramatical têm em comum a característica de promover a inter-relação dos elementos do texto, respondendo àquilo que podemos chamar de conectividade. Além disso, cada um desses mecanismos apresenta um valor típico, o que significa que desempenha geralmente uma função específica na textualização.

⁷ Para Duarte (2003:114), “a sinonímia é a selecção de expressões linguísticas que partilham a generalidade dos traços semânticos”; a antonímia, apresenta expressões linguísticas que possuem significados contrários; a hiperonímia/hiponímia é uma relação em que o primeiro termo mantém com um segundo uma relação elemento-classe; e a meronímia/holonímia caracteriza uma relação de significado parte-todo.

⁸ A autora refere também mecanismos de conectividade conceptual que associa claramente à noção de coerência.

Ainda que, como foi referido, a coesão não constitua um factor necessário para a atribuição de coerência ao texto, não é menos verdade que a realização da progressão textual mediante o uso de determinados sinais facilita a tarefa de interpretação do interlocutor e, por conseguinte, a construção incremental de um sentido para o texto. Por esse facto, a sua utilização em textos escolares, nomeadamente os textos dissertativo-argumentativos, que nos ocupam neste trabalho, é crucial para a produção de uma relação harmoniosa entre os pensamentos e as ideias apresentadas em um texto sobre um determinado assunto, na medida em que possibilitam a sequência ordenada das opiniões ou factos expostos num texto numa dada situação de comunicação. É evidente que o respeito pelos outros critérios de textualidade enunciados é igualmente relevante, bem como os sistemas de conhecimento referidos. Destacamos, neste contexto, o sistema de conhecimento enciclopédico e o linguístico, remetendo o pragmático para o respeito da superestrutura a seguir na produção do texto, vinculada à situação de comunicação e à intencionalidade do locutor. O conhecimento do mundo, vivencial ou enciclopédico, armazenado na memória, é necessário para permitir ao produtor do texto ter opiniões próprias, pontos de vista sobre o tema a formalizar pela escrita. O conhecimento linguístico, por sua vez, é fundamental para vazar essas ideias de forma coesa e coerente, respeitando os parâmetros do género textual solicitado.

Para o desenvolvimento destas competências nos alunos submetidos à prova de escrita de um texto dissertativo-argumentativo no final do Ensino Médio, parece-nos importante realizar estudos que se ocupem, por um lado, da construção de um instrumento descritivo susceptível de explicitar os factores que determinam a construção de um texto coeso e coerente e os parâmetros do género requerido e, por outro, realizem uma análise fundamentada das produções dos alunos, para determinar tanto o grau de proficiência no cumprimento dessa tarefa, como, mediante a determinação das fragilidades encontradas, propor um plano de intervenção em função do qual o professor organize um conjunto de actividades que progressivamente possibilite ao aluno o domínio da construção textual e a ampliação do seu conhecimento enciclopédico.

3. MECANISMOS DE COESÃO GRAMATICAL E LEXICAL NUM CORPUS DE EXAMES DO ENEM

O terceiro capítulo deste estudo constitui uma análise da produção de alunos, que tem como objectivo determinar alguns problemas ocorrentes ao nível da coesão do texto, partindo dos pressupostos de que a violação de alguns nexos coesivos na construção textual compromete o cumprimento da tarefa e, em consequência, os resultados do aluno na prova e de que é possível intervir no sentido de ultrapassar essas lacunas. Subjacente a esta análise estão os princípios definidos no enquadramento teórico deste trabalho, correspondente aos capítulos 1 e 2.

Para a prossecução deste objectivo, estruturamos este capítulo nas seguintes secções: selecção e constituição do corpus; objectivos da análise; princípios metodológicos usados; análise do corpus e, finalmente, a discussão dos resultados obtidos e, finalmente, algumas considerações sobre a possibilidade de uma intervenção pedagógico-didáctica neste domínio.

3.1. Selecção e constituição do *corpus*

O *corpus* escolhido para a nossa pesquisa é constituído por um conjunto de 20 dissertações retiradas dos exames do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) entre Outubro de 2007 e Dezembro 2008.

Os alunos que produziram os textos analisados no *corpus* têm maioritariamente entre 18 e 19 anos, havendo, contudo, devido à participação de pessoas que terminaram o ensino médio em anos anteriores, alunos com idade superior.

O exame do ENEM foi constituído em 1998, para ser aplicado, em carácter voluntário, aos estudantes que concluem o ensino médio ou que já o concluíram em anos anteriores. Realizado anualmente, tem como objectivo principal avaliar o desempenho do aluno no final da escolaridade básica, para aferir do desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania. A maior parte dos alunos que participam do exame tem por objectivo ingressar na universidade, embora, a partir de 2009, a prova seja igualmente válida para certificação de conclusão do Ensino Médio.

Até ao ano de 2008 cada uma das edições do exame constava de 63 questões interdisciplinares mais a proposta de redacção. Desde 2009, o novo exame é composto por perguntas objectivas distribuídas por quatro áreas de conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias (incluindo a proposta de redacção), matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e suas tecnologias. Dentro destas quatro áreas de conhecimentos estão inseridas sete disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, Física, Química, Biologia, História e Geografia). Cada grupo de testes, para cada área de conhecimento, é composto de 45 itens de múltipla escolha, aplicados em dois dias. A proposta do ENEM 2009 é aplicar duas provas por ano, uma no mês de Outubro e outra entre os meses de Março e Abril.

Referenciando a proposta de redacção deste exame, que é o nosso ponto de interesse, ela apresenta temas de ordem social, cultural ou político a serem desenvolvidos pelo aluno sob a forma de texto dissertativo-argumentativo. Os temas abordados estão normalmente relacionados com factos actuais em ocorrência no mundo e no país. O texto deve ter mais de 15 linhas e requer o uso da modalidade escrita culta da Língua Portuguesa.

3.2. Motivação e objectivos da análise

À selecção e constituição do *corpus* presidiu o objectivo central de analisar os problemas de coesão ocorrentes nestes textos dissertativo-argumentativos, para responder a uma finalidade mais vasta, que é a de tornar os alunos do ensino médio mais competentes na redacção destas provas.

Tomamos a iniciativa de realizar esta pesquisa, porque, ao longo da nossa actividade docente, percebemos que os alunos têm lacunas no domínio da norma culta da língua portuguesa, não possuem capacidade de seleccionar, relacionar, organizar e interpretar

informações, factos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista, e não demonstram conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

3.3. Princípios metodológicos

Para a prossecução deste objectivo, foram considerados recolhidos, com autorização do ENEM, cem textos, no âmbito dos quais detectamos que as redacções foram desenvolvidas sem a preocupação por parte do aluno em aplicar minimamente as ferramentas básicas que estruturam a escrita culta da língua, mostrando, assim, uma variedade de anomalias que, além dos mecanismos de coesão gramatical e lexical descritos nos dois capítulos anteriores, consistiam também em problemas de pontuação, ortografia e pontuação. Decidimos analisar estes problemas de forma integrada com os mecanismos de coesão descritos, por considerarmos que constituem igualmente factores que conduzem a uma deficiente textualização, podendo comprometer, de forma mais ou menos acentuada, a coerência e coesão textuais.

Assim, após uma primeira análise, verificámos que os textos recolhidos apresentavam predominantemente os seguintes problemas:

- Aplicação incorrecta da teoria linguística à prática da escrita;
- Falta de ligação e sentido entre as frases e parágrafos;
- Baixo grau de informatividade;
- Repetição frequente de palavras;
- Uso inadequado de grafia, acentuação e pontuação;
- Dificuldade quanto ao respeito pela superestrutura do género dissertativo-argumentativo.

Em face das observações feitas durante os primeiros contactos com os textos extraímos aleatoriamente uma amostra de vinte textos e elaborámos uma grelha de parâmetros e critérios para o seu tratamento pormenorizado, no sentido de determinar qual o grau de profundidade dos problemas detectados e quais as suas manifestações dominantes.

Nesta grelha, relacionamos os parâmetros considerados no domínio dos mecanismos de coesão gramatical e lexical com a sua presença ou ausência nos textos

analisados em função dos traços [sim], [não] e [parcial]. Para visualização dos parâmetros e critérios analisados, apresentamos a seguir o modelo de tabela utilizado no auxílio da análise e selecção do corpus.

TABELA DE PARÂMETROS E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS TEXTOS					
	Código	Mecanismos de coesão gramatical e lexical	Critérios		
			Sim	Não	Parcial
Parâmetros	1	Concordância - verbal/nominal			
	2	Repetição de palavras			
	3	Pontuação			
	4	Ortografia			
	5	Acentuação			
	6	Conectores - omissão e uso inadequado			

Tendo em consideração tanto os mecanismos de coesão gramatical quanto os de coesão lexical guardam uma ampla e muito complexa inter-relação, temos consciência de que não conseguimos, nos limites temporais desta investigação, proceder a uma análise exuastiva de todos esses mecanismos, tendo decidido tratar apenas, em função dos objectivos inicialmente delimitados, aqueles que mais profundamente evidenciavam inaptidão linguístico-discursivo dos estudantes.

3.4. Análise do corpus

A análise do *corpus* será realizada de uma forma qualitativa, e, de seguida, em termos quantitativos. Tanto num caso como no outro, seguimos os parâmetros seleccionados na grelha acima transcrita.

No caso da análise qualitativa, para exemplificar as ocorrências problemáticas ao nível dos mecanismos de coesão, optámos pela transcrição de fragmentos dos textos onde elas se verificam e não pela redacção completa, sendo cada texto identificado pela ordem em que foi inserido nos anexos (T1 = Texto 1). A análise consiste de uma intervenção com as considerações e observações relativo as anomalias apresentadas na superfície textual dos fragmentos retirados dos textos, seguido da sua reescrita, como uma sugestão de resolução do problema.

A análise quantitativa, por sua vez, destina-se essencialmente a uma visualização dos problemas com maior ou menor relevo nas redacções tratadas, através de uma tabela que relaciona a quantidade de ocorrências e suas respectivas percentagens.

3.4.1. *Análise qualitativa*

Na análise qualitativa, seguimos cada um dos critérios estabelecidos na grelha apresentada, pela ordem em que ocorrem, que não deve ser considerada como uma ordenação em termos relevância.

Para a exemplificação, sublinham-se, nos excertos transcritos, os elementos linguísticos considerados.

3.4.1.1. *Concordância*

Ao nível da concordância, considera-se tanto a nominal como a verbal. Esta última ocorre quando o verbo se flexiona para concordar com o seu sujeito, enquanto a concordância nominal, o artigo, o numeral, o adjectivo e o pronome adjectivo concordam com o substantivo a que se referem em género e número.

Começamos pelo registo de falta de concordância verbal, que provoca problemas de coesão a nível dos constituintes frásicos, podendo afectar a coerência local:

(T1): Portanto, para que as diferenças entre as favelas e “as cidades venha” a diminuir, as pessoas deveriam se conscientizar que todos nós somos iguais, independente das classes sociais e do lugar onde se mora.

Neste exemplo, ocorre um problema de concordância entre o sujeito (plural) e o número da forma verbal (singular).

Reescrita (T1): Portanto, para que as diferenças entre as favelas e “as cidades venham” a diminuir, as pessoas deveriam se conscientizar que todos nós somos iguais, independente das classes sociais e do lugar onde moramos.

Assim, podemos notar que as regras de concordância verbal mostram-se necessárias não apenas para a organização do texto, mas também para a leitura e interpretação dos possíveis sentidos desse texto.

De acordo com Cunha & Cintra (2001:496), a concordância verbal é definida por ele como «a solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exteriorizando-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo, para se conformar ao número e à pessoa do sujeito».

Quanto ao esboço da concordância verbal, passamos a um trecho colectado do texto (T2):

(T2): “A maioria de nós nunca nos preocupamos em modificar ou até omitir fatos que, a princípio, não nos “teria” nenhuma importância futura.”

A concordância verbal neste fragmento não impede que haja uma sequência gramatical lógica, pois nem todos os elementos concordam entre si, o que constitui uma lacuna relevante. Nesse sentido, a sequência devia ser como a seguir se propõe:

Reescrita (T2): A maioria de nós nunca nos preocupamos em modificar ou até omitir fatos que, a princípio, não teriam nenhuma importância futura.

Sobre a concordância, encontramos um exemplo no texto (T7), que mostra que, no contexto frásico em que está inserido SP “pra nossos filhos e neto”, seria de esperar encontrar dois nomes simples plural, porque se trata de um contexto geral e não de um conjunto especificado.

(T7): “A educação que muda que transforma”. Essa é o ensino que queremos pra nossos filhos e neto.

Nesse sentido, propomos que, para que a sequência seja coesa e coerente, ocorra de acordo com a reescrita a seguir apresentada:

Reescrita (T7): “A educação que muda que transforma”. Esse é o ensino que queremos para nossos filhos e netos.

Exemplificando ainda um outro caso de falta de concordância, reenviamos a um excerto do texto (T10):

(T10): Os moradores das comunidades carentes são constantemente discriminados. São tachados de “favelados” e logo “associado” ao tráfico e à bandidagem.

Mais uma vez se verifica uma não concordância de número entre a forma verbal “são” e o predicativo do sujeito em “são” e “associado”, cuja reescrita seguindo o padrão de concordância seria:

Reescrita (T10): Os moradores das comunidades carentes são constantemente discriminados. São tachados de favelados e logo “associados” ao tráfico e à bandidagem.

Conforme Perini (2004), as regras gramaticais ditadas pela gramática reafirmam, em que uma delas é a concordância nominal, é «fundamental para se obter organização de sequencialidade do texto».

Na próxima situação, através do texto (T15), encontramos mais anomalias no uso de concordância nominal:

(T15): A fome poderia facilmente ser resolvida em nosso país, pois vivemos em um país muito grande e com terras férteis, terras estas que na maioria das vezes estão nas maos de grande latifundiários

A concordância nominal comprometida neste fragmento decorre do facto de o adjectivo e o nome não concordarem em número no SN “grande latifundiários”, como seria expectável que acontecesse:

Reescrita (T15): A fome poderia facilmente ser resolvida em nosso país, pois vivemos em um país grande e com terras férteis, terras estás, que na maioria das vezes estão nas mãos de grandes latifundiários

Tomando por base um excerto do texto (T18), observamos outra falta de concordância nominal entre o determinante e o nome no SN “os conjugue”, na medida em que um se encontra no singular e o outro no plural.

(T18): Uma relação conjugal que, por interesses diversos ao amor, é notável em virtude da considerável diferença de idade entre os conjugue está fadada ao infortúnio, uma vez que são imprescindíveis metas e vivências...

A concordância seria manifesta do seguinte modo⁹:

Reescrita (T18): Uma relação conjugal que tem por interesses diversos ao amor, é notável, em virtude da considerável diferença de idade entre os cônjuges (...), uma vez que são imprescindíveis metas e vivências...

⁹ Além deste problema, o SN considerado apresenta ainda problemas ao nível da acentuação.

A não concordância entre adjetivo e nome no SN “tempo biológicos, que se verifica em relação ao número, é outro exemplo deste problema, cuja resolução é apresentada na reescrita do excerto:

(T18): Quanto ao tempo biológicos, a variação de mais que dez anos parece ser estranha e intolerável à salutar convivência...

Reescrita (T18): Quanto ao “tempo biológico”, a variação de mais que dez anos parece ser estranha e intolerável à salutar convivência...

O próximo trecho evidencia uma construção em que ocorre falta de concordância verbal entre o sujeito e o predicado, como se pode observar no segmento sublinhado:

(T20): Isso indica que esses tem maior dificuldade para ingressar no ensino superior.

Na reescrita proposta, apresenta-se a sequência de acordo com as regras de concordância verbal plural + plural, isto é, a forma verbal deve ocorrer no plural, concordando com o demonstrativo “esses”.

Reescrita (T20): Isso indica que esses têm maior dificuldade para ingressar no ensino superior.

3.4.1.2. Repetição

Um outro mecanismo de coesão sujeito a análise foi a repetição, que integramos no domínio da coesão lexical. A coesão lexical é uma das formas básicas de coesão textual e consiste na criação de elos dentro de um texto através da selecção e relação entre lexemas e seus significados. Como vimos, há várias manifestações deste tipo de coesão, que, no âmbito do texto dissertativo se manifesta pela retoma de elementos conceptuais e formais, apresentando novas informações a propósito dos elementos já introduzidos no discurso e retomados posteriormente e evitando, em nome da clareza e da progressão textual a repetição excessiva dos mesmos vocábulos.

Partindo do fragmento que está no texto (T1), começaremos a nossa análise sobre repetição de palavras:

(T1): o grande contraste entre as favelas e as cidades são muito grandes pois existe uma grande discriminação com as pessoas que moram lá, achando que todas as

peessoas que moram lá nas favelas são criminosos e também pobres. O preconceito que os habitantes das favelas sofrem é muito grande. Só pelo fato dos dos grandes conflitos que acontecem nos morros das favelas entre os “criminosos”, muitas peessoas acham que todos das favelas são bandidos. Vemos exemplos disso na televisão, nos jornais em que muitos policiais confundem peessoas “normais” com “bandidos”, pelo simples fato de morarem lá

A afirmação que inicia o excerto é redundante e de certa forma tautológica (o grande contraste é grande), pois o atributo de ‘contraste’ é o mesmo que o define, e apresenta problemas de coesão gramatical ao nível da concordância (o grande contraste ... são muito grandes), já que o aluno assume como sujeito predicado “são muito grandes” “entre as favelas e as cidades” e não o sujeito da frase. Do ponto de vista em análise nesta secção, ocorre uma repetição excessiva do adjetivo “grande” – quatro vezes; igual número de repetições do nome “peessoas”; assim como do nome “favela”, ocorrendo duas vezes o advérbio de lugar “lá”. Esta repetição induz alguns problemas ao nível da informatividade, no sentido em que não contribui de forma cabal para a progressão do texto ao nível referencial. Sugerindo uma maior produtividade na gestão lexical deste excerto, com claras vantagens, para a construção de um sentido, apresentamos a seguinte proposta de reescrita, que se fundamenta basicamente numa estratégia de substituição:

Reescrita (T1): *O contraste entre as favelas e as cidades é muito grande devido a discriminação da sociedade, achando que todos que “lá” vivem, são criminosos e pobres. Por causa dos frequentes conflitos que acontecem nessas “regiões” entre os criminosos, as pessoas pensam que todos os seus “moradores” são bandidos. Podemos ver exemplos disso através da televisão e jornais, onde pessoas de bem são confundidas como “delinquentes” pelo simples facto de morarem “nestas regiões urbanas” de baixa qualidade de vida e poder aquisitivo limitado.*

É possível dizer, portanto, que o uso adequado da coesão lexical facilita a sequencialidade do texto, pois ela é a “conexão, ligação entre as palavras que estabelecem entre os elementos que constituem a superfície textual” Koch & Travaglia (1990:40).

Tomando por base o fragmento do texto (T2), apresentamos outro caso de repetição da mesma expressão:

(T2): A mentira é algo que sempre esta em nossas vidas, sela ela de maneira directa ou indirecta. A princípio não conseguimos ver nenhum mal nisso, afinal, “Quem nunca contou uma mentirinha aqui ou ali!?” porém pensamos por alguns instantes a mentira e pensamos por alguns segundos somente sobre a verdade.

Para se resolver este tipo de questão é importante que o candidato tenha um certo domínio lexical, ou seja, que conheça muitos vocábulos, o que é possível conseguir por meio de muita leitura. Na reescrita, as ocorrências de substituição lexical da palavra “mentira” foram: “lorota” e “enganar” para substituir o seu uso frequente, pois, num texto, a repetição pode ser inoportuna e cansativa. Neste contexto, recorreremos ao uso da sinonímia, substituindo uma palavra por outra, procurando redefinir, de algum modo, o que já foi dito:

Reescrita (T2): A mentira é algo que sempre está presente na vida de algumas pessoas, seja ela maneira directa ou indirectamente. A princípio acham que não há nenhum mal nisso, afinal, quem nunca contou uma lorota aqui ou ali? Porém pensamos por alguns instantes em não enganar, e sim, falar a somente verdade para seu próximo.

A falta de expressividade e criatividade com repetição de palavras continuam no texto (T8). Fazendo um apanhado geral deste texto, podemos dizer que é constituído por um único parágrafo, com frases incompletas e problemas ao nível da ortografia, pontuação e concordância, que não vamos descrever, por nos interessar, neste contexto, especificamente a questão de repetição. Enfim, o aluno, além de não compreender a proposta, não soube seleccionar, relacionar, organizar e interpretar informações, factos e opiniões, para desenvolver a temática dada.

(T8): ...nas escolas nem se sonhava com essa reforma e de uma hora para outra vamos ter que nos adaptar. Para nós aprendermos completamente e entendermos, vamos precisar de muito mais que três anos. Está em reforma a ortografia de um país e não o banheiro de uma casa. A reforma chegou sem avisar e agora todos terão que se adaptar, o maior problema de todos será o das escolas, ou melhor, não das escolas e sim dos alunos e professores. Livros que expliquem a reforma nem são confiáveis, muitos divergem. Os únicos meios de se saber um pouco sobre a reforma ortográfica é pela televisão e internet, e quem não tem acesso a isso? Fica completamente por fora dos acontecimentos, quanto tempo uma pessoa sem acesso a esses meios demorará para se adaptar a reforma? Acredito

que três anos será pouco para que essa pessoa saiba ao menos o que é a reforma e para que serve, e pessoas que não frequentam mais as escolas como ficaram com a reforma?

A repetição de palavras neste texto causa impressão desagradável a quem lê e também sugere pobreza vocabular. Nesse caso, é de suma importância o uso de sinónimos adequados que evitem a excessiva repetição e promovam uma produção progressão referencial e temática do texto. A proposta de reescrita a seguir apresentada segue nessa linha:

Reescrita (T8): ...nas escolas nem se sonhava com essa reforma e de uma hora para outra vamos ter que nos adaptar. Para nós aprendermos completamente e entendermos, vamos precisar de algum tempo, pois está em transformação a ortografia de um país e não o banheiro de uma casa. A reformulação chegou sem avisar e agora todos nós teremos que nos adaptar com isso. O maior problema não será só das escolas, mas sim dos alunos e professores. Novos livros deverão explicar algumas mudanças da nova lei. Para os que não frequentam mais a escola, os únicos meios de se saber um pouco sobre as novas regras de ortográfica, é através da televisão e internet, e quem não tem acesso a esses meios de comunicação. Acredito que precisaremos de um pouco de tempo para que os desinformados saibam ao menos o que é a novo vocabulário e para que serve. É importante que o cidadão que não frequenta mais a escola informe-se sobre os reparos que ocorreram na escrita, através de jornais, televisão, meios os quais é quase impossíveis faltar na casa dos brasileiros.

O fragmento presente no texto (T9), além de conter problemas gramaticais ao nível da ortografia e problemas de ortografia e acentuação, apresenta argumentos mal elaborados e confusos, ou seja, ora parece condenar a legalização, ora parece propor que o uso da maconha seja legal, havendo uma repetição das palavras “maconha” e “violência”, que pode ser evitado através do recurso a relações de hiperonímia:

(T9): ...Ao contrário do que muitos pensam, legalizar o uso da maconha só fará aumentar o tráfico e conseqüentemente a violência, já que grande parte destas partes das "bocas de fumo". Sua legalização facilitaria ainda mais o trabalho desses bandidos, já que vendendo maconha não estariam cometendo nenhuma ilegalidade e o dinheiro arrecadado com esse "trabalho limpo" seria usado para financiar uma violência que se encontra em estado insustentável...

A reescrita para substituir estas repetições de palavras será da seguinte forma:

Reescrita (T9): ...Ao contrário do que muitos pensam, legalizar o uso da maconha só fará aumentar o tráfico e conseqüentemente a ferocidade. Sua legalização facilitaria ainda mais o trabalho desses bandidos, já que vendendo droga não estariam cometendo nenhuma ilegalidade e o dinheiro arrecadado seria usado para financiar uma selvageria que se encontra em estado insustentável.

O texto (T12), além de problemas de pontuação, apresenta repetições de certas palavras que podem ser substituídas de forma a tornar o texto mais apelativo e informativo para o leitor.

(T12): Legalizar o aborto significa que nenhuma mulher poderá ser presa por esta prática e que o Estado estará obrigado a garantir assistência à saúde desta mulher na rede pública. Porém muitas pessoas e principalmente entidades religiosas acreditam que aprovar determinada lei significa um crime contra a vida e fazer apologia ao aborto. A criminalização do aborto faz com que as clínicas clandestinas lucrem no comércio ilegal de abortamentos e milhares de mulheres morram por ano ao realizarem o aborto na clandestinidade, se houvesse a legalização, poderíamos ter números oficiais de abortamentos e controlá-los para diminuir esses números. São as mulheres pobres, as maiores vítimas da criminalização do aborto. São elas que morrem por não ter dinheiro para pagar por um aborto em clínicas clandestinas caríssimas e acabam por realizar aborto em situações *desumanas*, *sem terem um acompanhamento médico antes, durante e depois do aborto*.

Para resolver a questão da repetição, propomos a seguinte versão do excerto:

Reescrita (T12): “Legalizar o “aborto” significa que nenhuma mulher poderá ser presa por “esta prática”, e o Estado será obrigado a garantir assistência à saúde “dela” na rede pública. Porém muitas pessoas, principalmente as entidades religiosas acreditam que aprovar determinada lei significa um crime contra a vida ao “interromper a formação de um ser indefeso”. A criminalização da “interrupção da gravidez” faz com que as clínicas clandestinas lucrem no comércio ilegal, e milhares de “gestantes” morrem por ano, ao realizarem “este acto”. Se houvesse a legalização, poderíamos ter números oficiais da “expulsão prematura de embriões humanos” e controlá-los para diminuir estes índices. São as “grávidas” pobres as maiores vítimas da criminalização do “aborto”. São elas que morrem por não terem dinheiro para pagar por uma “indução da retirada do feto” em

clínicas clandestinas caríssimas, acabando assim por “retirarem o óvulo fecundado” em situações desumanas, sem um acompanhamento médico antes, durante e depois do “acto”.

A partir do fragmento acima, é possível verificar a importância da reescrita do trabalho do aluno acima, uma vez que a ideia desenvolvida, embora simples, torna-se significativa o aspecto coesivo que diz respeito a continuidade e a não repetição de palavras. No fragmento do aluno, ocorreu repetição de “mulher”, por três vezes, repetição de “aborto” foram sete ocorrências, e duas de “abortamento”.

Nos fragmentos analisados, usamos análise de coesão lexical por substituição, que permite uma efectiva progressão textual, aumentando o nível de informatividade do texto a nível micro e macroproposicional. No conjunto dos textos analisados, verificámos que a substituição, como forma de recorrência ou de reiteração, é pouco usada pelos alunos, o que denota uma clara falta de competência ao nível lexical.

3.4.1.3. Pontuação

Por sua vez, pode-se dizer que os sinais de pontuação têm por finalidade assinalar as pausas e as entonações na leitura, separar palavras, expressões e orações que precisam ser destacadas e também para fazer esclarecimento a respeito de algo que se escreveu.

Na perspectiva de Cardoso (2003:125), a apropriação da pontuação é um processo linear, mas está “relacionada com as condições e oportunidades oferecidas pelas escolas, bem como as experiências de letramento ocorrida nas práticas sociais de leituras e escritas”. Assim, os sinais de pontuação são necessários à construção da realidade, à compreensão e a produção da escrita, pois, além de serem de fundamental importância, são considerados para as capacidades centrais no desenvolvimento da competência comunicativa dos utentes da língua. De acordo com Coutinho (2004/2005)¹⁰, a pontuação poderá ser tomada como marcador de organização textual, no caso de textos realizados na modalidade escrita.

Esta autora sublinha duas concepções de pontuação:

- A pontuação como processo de reconstituição escrita, dos fenómenos de entoação, na modalidade oral;

¹⁰ Maria Antónia Coutinho (2004/2005) – Gramática Textual do Português. 2ª Semestre.

➤ A pontuação como processo que permite gerir a relação entre as representações cognitivas e a linearidade do texto.

O que interessa a autora é a segunda perspectiva, que pode ainda subdividir-se em duas modalidades:

- Pontuação sintagma (que actua sobre o eixo horizontal): inclui a vírgula, o ponto, o ponto e vírgula, os dois pontos; constitui meio de “combater a disposição linear do texto, agrupando e/ou separando conteúdos, de acordo com a representação cognitiva que deles tem;
- Pontuação polifónica (que actua sobre o eixo horizontal): inclui sinais de desdobramento enunciativos, como as aspas, os travessões e os parênteses, e sinais que marcam modulação, como exclamação, o ponto de interrogação e as reticências.

O primeiro fragmento que analisaremos sobre pontuação está presente no texto (T2):

(T2): ...conhecimentos que jamais se passaram pela nossa imaginação, são trancados a sete chaves.

Neste caso, a utilização da vírgula é inadequada, ou seja, ela separa o sujeito do predicado, e isso é considerado um problema na escrita. Observemos o trecho reescrito.

Reescrita (T2): “...conhecimento que jamais passaram pela nossa imaginação são trancados a sete chaves”.

Outro exemplo relacionado ao uso de pontuação apresenta no texto (T4).

(T4): ...Com o surgimento dos jornais, das rádios, das televisões e da famosa Internet, as pessoas na maioria das vezes, apresentam-se bem informadas, sobre os mais importantes assuntos.

Percebemos neste caso que o aluno interrompeu a frase por um ponto final e separou sem justificação dois sintagmas associados:

Reescrita (T4): ...Com o surgimento dos jornais, das rádios, das televisões e da famosa internet, na maioria das vezes, as pessoas apresentam-se bem informadas sobre os mais importantes assuntos.

A reescrita mostra que o texto teria mais sentido se tirasse o ponto final, pois é um sinal no fim da frase que indica que o sentido está completo e a vírgula depois da expressão *bem informadas*. Neste fragmento da redacção (4) o aluno não emprega adequadamente os sinais de pontuação, os quais prejudicam a coesão do texto, causando dificuldade e entendimento do seu conteúdo.

Outro exemplo de inadequação relacionado com o uso de pontuação ocorre no texto (T9).

(T9): A muitas contradições em tudo isso, sabemos cigarros e bebidas, alcoólicas faz mal a saúde, sabemos que milhões de pessoas são mortas por arma de fogo.

Para reescrever este trecho achamos que, além de correcções de ortografia, seria mais adequado acrescentar um conector de tipo aditivo ou uma vírgula. Portanto, a vírgula serve para mostrar aos leitores as separações breves de sentido entre termos vizinhos, quer na oração, quer no período (cf. Luft, 1996). Geralmente ela é interpretada na leitura como uma breve pausa.

Reescrita (T9): Há muitas contradições em tudo isso, pois sabemos que cigarros e bebidas alcoólicas fazem mal a saúde e que milhões de pessoas são mortas por arma de fogo.

O próximo item a ser analisado será o tema de uma dissertação que chamou-nos a atenção. Vejamos o caso:

(T8): 2012, não é um prazo muito curto?

É possível perceber que o título deste texto tem a forma de uma oração interrogativa. O aluno usou no mesmo contexto indevidamente a vírgula para separar o sujeito do predicado, neste caso o sujeito é “2012”. Na reescrita, ficaria desta forma:

Reescrita (T8): 2012 não é um prazo muito curto?

O uso inadequado da pontuação persiste noutros fragmentos textuais, como no caso do texto (T19).

(T19): Quem nunca disse a um amigo que seu novo corte de cabelo ficou muito bom, quando na verdade ficou péssimo? Ou contou aos pais que o boletim ainda não havia

chegado, só porque tirou uma nota baixa? Ou disse que a roupa de outro amigo ficava muito bem nele, ma, na realidade estava muito grande?

Reescrevendo este fragmento, é necessário retirar somente uma vírgula, que se encontra na última linha em mas na.

Reescrita (T19): Quem nunca disse a um amigo que seu novo corte de cabelo ficou muito bom, quando na verdade ficou péssimo? Ou contou aos pais que o boletim ainda não havia chegado, só porque tirou uma nota baixa? Ou disse que a roupa de outro amigo ficava muito bem nele, mas na realidade estava muito grande?

Da análise efectuada, podemos concluir que o uso adequado da pontuação é um factor indispensável para a compreensão da mensagem que o emissor pretende transmitir ao leitor. Os sinais de pontuação utilizam-se para tornar mais claro o que escrevemos.

3.4.1.4. Ortografia

Nas dissertações do ENEM analisadas ocorrem problemas de *ortografia*, que podem, em determinadas circunstâncias, provocar alguns problemas de interpretação do texto, embora seja o factor que provavelmente menos problemas implica no domínio da textualização.

O trecho do texto (T2) apresenta um problema de ortografia em que o aluno mudou escreveu a palavra da seguinte forma:

(T2): Sem unhuma sombra de dúvidas, conhecimentos que jamais passaram pela nossa imaginação, são trancados a sete chaves.

Reescrita (T2): Sem nenhuma sombra de dúvidas, conhecimentos que jamais passaram pela nossa imaginação, são trancados a sete chaves.

O próximo excerto a ser analisado é de um texto que tem como título “Descordância”. É um título que inicia a redacção com um erro ortográfico – “descordância” em vez de “discordância”. Além disso, do ponto de vista do sentido, possui várias acepções, como “falta de concordância; discrepância de opiniões; encontro desarmónico de elementos, o que não é contemplado no texto, sugerindo falta de

informação e reflexão sobre o tema. Neste sentido, consideramos que se trata de um problema mais significativo que o da ortografia para a coesão e coerência textuais.

(T6): ...a forma como Portugal utiliza sua língua portuguesa é uma característica do seu povo, com sua forma de falar que é claramente diferete do português do Brasil...faz-se necessário alterar o português, quando todos podem entender e repouduzir o que está sendo dito na rua, nas escolas, etc?

Reescrita (T6): ...a forma como Portugal utiliza sua língua é uma característica do seu povo, com sua forma de falar que é claramente diferente do português do Brasil...faz-se necessário alterar o português quando todos podem entender e reproduzir o que está sendo dito na rua, nas escolas, etc?

No Texto (T9), há um problema que, sendo ortográfico, tem implicações morfossintáticas.

(T9): A muita contradição em tudo isso, sabemos que o cigarro e as bebidas alcoólicas faz mal a saúde...

Quanto ao problema de ortografia, apresentamos aqui um problema sério, pois além de ser uma anomalia de ortografia, é bem provável que se o aluno a escrevesse de forma correcta não saberia que o “a” deveria ser a forma do verbo *haver* “há”.

Na reescrita atendemos somente sobre o que se trata no problema da ortografia.

Reescrita (T9): Há muita contradição em tudo isso, embora sabemos que o cigarro e as bebidas alcoólicas fazem mal a saúde...

A partir próximo excerto, podemos considerar que o estudante concluiu o Ensino Médio, levando em sua bagagem dificuldades no conhecimento da ortografia, pontuação e acentuação, com risco de se constituírem como obstáculos que o impedem de expressar as suas ideias.

(T15): Há tbém o grande dis perdicio por parte da população, indústrias e transporte dos alimentos, se somarmós todas estas pecas teriamos um total d 50%, alimentos estes que poderiam. Estar matanto a fome de inúmeras pessoas.”

Reescrita (T15): Há também” o grande desperdício por parte da população. Se somarmos o número de indústrias de transporte de alimentos, teríamos um total de 50%, que poderiam estar matando a fome de muitas pessoas.

Entre os problemas de ortografia do excerto do texto (T16), encontramos um registo ortograficamente incorrecto do verbo “ser”, que denota falta de conhecimento dos seus constituintes morfológicos.

(T16): O tempo hoje, a chance hoje é pra quem sabe aproveitar ainda que seje uma pequena chance, ainda que seje uma em um milhão ainda é uma chance.

Reescrita (T16): O tempo hoje, a chance hoje é pra quem sabe aproveitar ainda que seja uma pequena chance, ainda que seja uma em um milhão ainda é uma chance.

É de suma importância que o produtor de um texto organize suas expressões através de um texto e tentar persuadir o leitor indicando com o que foi formulado, preparando assim indícios de uma comunicação. Tal factor enquadra-se para que obtenha uma melhora no ensino da língua materna.

Segundo Vencchia (2008), “o que mais tem se exigido nos testes do ENEM e nos vestibulares é o domínio da linguagem escrita, da ortografia, avaliada em questão dissertativa, interpretativa. O mesmo está ocorrendo em concursos, que hoje cobram para que seja uma boa redacção”.

Do meu ponto de vista, além de outros problemas que devem ser tratados para melhorar a produção textual, a ortografia pode ser considerada como uma das falhas encontradas com frequência nas redacções, comprometendo a apresentação de um texto, devendo ser considerada numa intervenção didáctica.

3.4.1.5. Acentuação

Um outro problema recorrente nas composições analisadas é a acentuação, de que apresentamos, em seguida, alguns exemplos.

O primeiro exemplo é do texto “Mentir não é crime!, em que, por problemas de acentuação, o aluno regista a forma do determinante demonstrativo em vez da forma do verbo “estar”:

(T2): A mentira é algo que sempre esta presente em nossas vidas, seja ela de maneira direta ou indireta.

Reescrita (T2): *A mentira é algo que sempre está presente em nossas vidas, seja ela maneira directa ou indirectamente”.*

O problema de acentuação neste excerto compromete a coesão gramatical do texto, podendo ainda a nível local provocar problemas de interpretação.

As marcas de falta de acentuação estão presentes também numa parte do texto (T5), ocorrendo em relação ao vocábulo “esta”, com o mesmo tipo de consequências que acabámos de referir para o texto (2):

(T5): O preconceito racial esta cada vez mais menor, a cada dia estamos nos deparando com isso.

Reescrevendo o mesmo fragmento:

Reescrita (T5): O preconceito racial está cada vez mais menor, a cada dia estamos nos deparando com isso.

No fragmento do texto (T8) observamos, inicialmente, que há equívoco dos alunos ao acentuar a seguinte palavra:

(T8): *Está em reforma a ortográfia de um país e não o banheiro de uma casa.*

Reescrita do mesmo trecho:

Reescrita (T8): *“Está em reforma a “ortografia” de um país e não o banheiro de uma casa.*

Neste exemplo, o não seguimento da regra de acentuação não tem o mesmo tipo de consequências em relação ao estabelecimento de um nexos coesivo do texto, que fica menos comprometido, dado que não tem interferências morfossintáticas. Isto mostra que a acentuação, constituindo em si um problema, pode ser mais ou menos relevante ao nível da configuração textual. Na verdade, a produção textual envolve vários níveis e graus de comprometimento da textualidade.

Ainda sobre os problemas de acentuação, apresentaremos casos ocorridos no texto (T15), em que a palavra aguda “país” é escrita como ditongada “pais”, gerando confusão lexical, e a esdrúxula “latifundiários” registrada como grave.

(T15): A fome poderia facilmente ser resolvida no pais, pois vivemos em um pais muito grande e com terras férteis, terras estas que na maioria das vezes estão nas maos de grande latifundiarios digo latifundiarios que as abandonam e as deixam improdutivas.

Reescrita (T15): “A fome poderia facilmente ser resolvida no país pois ele é muito grande e com terras férteis, terras estas que na maioria das vezes estão nas mãos de grandes latifundiários digo latifundiários que as abandonam e as deixam improdutivas.

Em síntese, queremos deixar claro nesta análise dos problemas de acentuação que o aluno deve ser motivado a usar os recursos linguísticos com que produz o seu texto de maneira adequada e rigorosa.

3.4.1.6. Conectores

Finalizamos esta análise com a verificação do uso dos conectores nas redações do ENEM, considerando tratar-se de um parâmetro fundamental a ter em conta na construção textual, como verificámos no segundo capítulo deste trabalho, pois os conectores são elementos indispensáveis no processo argumentativo, de tal modo que o seu emprego pode ter influência nas escolhas sintácticas e semânticas e nas orientações argumentativas e informacionais de um texto.

Pretendemos analisar neste ponto o uso de alguns conectores.

No texto (T4), percebemos que, neste excerto, caberia um conector que daria um encadeamento mais adequado ao texto.

(T4): Mas, não deixam a desconfiança, do que realmente é verídico nesses acontecimentos. Afinal, é o mundo em si, que faz com que essas pessoas pensem dessa maneira, devido as trágicas ocorrências.

Reescrita (T4): Mas não deixam a desconfiança do que realmente é verídico nesses acontecimentos, já que, é o mundo em si que faz com que essas pessoas pensem desta maneira...

Reescrevendo o mesmo tópico do aluno, vimos que o conector que achamos adequado para o participante constituir mais sentido no trecho, era o conector “já que”. É importante verificar que este elemento de conexão estabelece relação de causalidade, ou seja, ele está inserido no tipo factual ou real da condicionalidade. Afirma Fávero (2007:37) que, neste conector, “há relação de causalidade sempre que se verifica entre duas pressuposições uma relação de causa e consequência”.

Na composição do texto (T5), o participante não se preocupou com a organização estrutural do texto, não relacionando as informações através de uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. O aluno não aponta nem uma preocupação em construir um texto de nível de textualidade e distribuição das informações. Para começar, a redacção não apresenta título e há erros de ortografia, acentuação, inadequação vocabular, concordância e omissão de conectores. Segue o fragmento de um texto no qual o uso de conectores não nos parece adequado:

(T5): O preconceito racial esta cada vez menor a cada dia estamos nos deparando com isso, os negros tão por toda parte e esta surpreendendo o povo, é na televisão, no atletismo e agora na presidência, etc, temos que mudar, ninguém é melhor do que ninguém.

Neste fragmento do texto há uma aparente falta de conectores, que procuramos restabelecer na sua reescrita:

Reescrita (T5): O preconceito racial está cada vez menor e cada dia estamos nos deparando com isso, pois os negros estão por toda parte e cada dia estão surpreendendo o povo, quer na televisão, quer no atletismo....

Acrescentamos no fragmento quatro conectores que são: (“e”, “pois”, “quer” e “quer”). Koch (1992) considera *e* como um operador de conjunção, que liga dois actos de asserção que «encerram actos de argumentação por autoridade polifônica». Por sua vez, *quer...quer* é incluído entre as locuções coordenativas (alternativas). Para esta mesma autora, *pois* é um operador de “coordenação responsável pelo encadeamento de um novo segmento discursivo, que consiste num acto de justificação do enunciado anterior”.

Examinamos de seguida um fragmento com omissão de uma conjunção no (T7):

(T7): De mãos dadas lutaremos por uma sociedade mais justa, onde todos terão acesso à educação. A educação que muda que transforma. Essa é o ensino que queremos pra nossos filhos e neto.

Analisando este fragmento, chegamos à conclusão de que falta ou a conjunção *e*, que designa o tipo de conexão cujos conteúdos se adicionam e se baseia na relação semântica de compatibilidade (Fávero, 2007), ou o aluno omitiu o uso de uma vírgula, pois a mesma pode substituir esta conjunção em determinados contextos. Ao reescrever o trecho escrito pelo aluno, pensamos em acrescentar a conjunção *e*, e reestruturar o fragmento.

Reescrita (T7): De mãos dadas lutaremos por uma sociedade mais justa, onde todos terão acesso à educação. A educação que muda e que transforma”. Isso é o queremos para nossos filhos e netos.

Como temos visto até aqui, um texto não pode ser feito a partir de um amontoado de palavras ou orações. É importante que haja uma articulação de pensamento, ou seja, que os termos que formam uma oração e as orações que formam um período apresentem uma relação, uma dependência de significados. Sintacticamente, essa articulação é feita pelos conectivos. Entende-se que um texto bem formado sintática e semanticamente resulta num texto coeso.

3.5. Análise quantitativa do corpus

Após análise e levantamento de dados dos vinte textos seleccionados mostramos, neste ponto, uma apresentação quantitativa dos resultados da análise.

O objectivo desta análise é permitir uma maior visualização dos parâmetros que foram trabalhados, mostrar a quantidade de ocorrências pela falta ou uso inadequado dos conectores de coesão gramatical e lexical e, através dos números expostos, mostrar onde se concentrou a maior incidência de anomalias na lista de parâmetros listados.

Os resultados obtidos nesta análise também servirão como orientação para a continuação de uma investigação futura, visto que as maiores dificuldades encontradas servirão como indicação uma acção didáctica planificada e fundamentada.

O ponto de partida da quantificação apresentada é a tabela que usámos para estabelecer os parâmetros de análise do *corpus* e que foi apresentada no início deste capítulo.

Sendo assim, como resultado do levantamento realizado nos textos do *corpus*, apurámos os seguintes resultados:

TABELA DE PROBLEMAS ANALISADOS NO CORPUS DE VINTE TEXTOS		
Problemas de coesão gramatical e lexical	Quantidade de problemas	Percentual em relação aos textos analisados
Acentuação	17	14%
Concordância - verbal/nominal	8	7%
Conectores - omissão e uso inadequado	13	11%
Ortografia	15	13%
Pontuação	8	7%
Repetição	59	49%
Total	120	100%

Quanto ao índice de ocorrências, a análise quantitativa indicou que a *acentuação* de palavras confirma um resultado de 17 casos tendo, portanto, um percentual de 14%. Em relação à *falta de concordância* houve uma ocorrência de 8 problemas no total, o que representa um problema com pouca ocorrência, com um percentual de 7%. Quanto a *omissão e uso inadequado de conectores*, houve um número significativo de 13 ocorrências, o que equivale a 11%. Numa leitura global dos textos analisados, constatamos que os problemas de *ortografia* foram de 15 ocorrências, totalizando um percentual de 13%. A *pontuação* foi um problema que ocorreu 8 oito vezes, com um percentual de 7%, com o mesmo número de ocorrências registadas pela falta de concordância. A repetição destacou-se com um número de 59 cinquenta e nove ocorrências, equivalente a 49%.

Esta análise quantitativa tem essencialmente interesse para a percepção dos principais problemas ocorrentes nestas redacções e a tentativa de os colmatar, mediante uma porposta de intervenção pedagógico-didáctica.

3.6. Proposta de intervenção pedagógico-didáctica

Os problemas de textualização destacados e a sua análise conduzem-nos à observação de que, frequentemente, a progressão discursiva e a unidade textual estavam comprometidas, manifestando-se, por vezes, um aglomerado de segmentos que comprometiam a unidade textual através da repetição desnecessária de ideias ou da sua

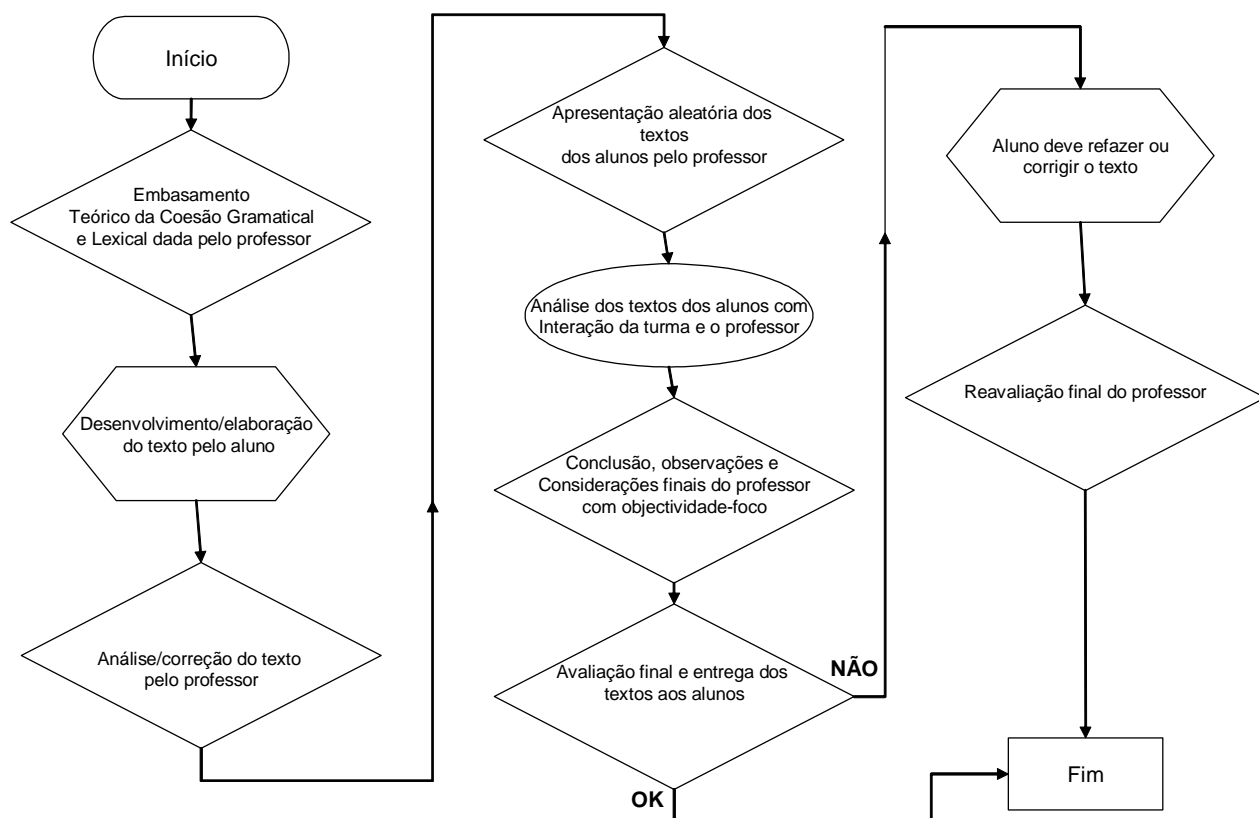
concatenação deficiente, traduzidas por uma sucessão de opiniões sem informações significativas acrescidas ou associadas aos enunciados anteriores.

Diante destes resultados, parece evidente que há, nestas redacções, falta de criatividade, fluência associativa, expressiva e vocabular, além da ausência de espírito crítico e de autonomia de pensamento, a que associa claramente uma competência deficitária da competência textual dos examinandos, o uso dos seus mecanismos de coesão.

Observa-se também, pelos resultados apresentados, que provavelmente prevalecem métodos inadequados e não significativos dentro da sala de aula relativamente à pedagogia da escrita. Dessa forma, é preciso que o professor intervenha mais para integrar as habilidades de pensar e a capacidade de o aluno fazer conexões e estabelecer distinções, definir e classificar, avaliar objectiva e criticamente informações factuais, lidar de forma reflexiva com a relação entre factos e valores, e diferenciar suas crenças e aquilo que é verdade da sua compreensão do que é logicamente possível com a sua competência ao nível do funcionamento linguístico-discursivo.

Neste sentido, a nossa proposta, exposta no fluxograma a seguir apresentado, visa uma prática de análise que seja útil à superação dos problemas e dificuldades decorrentes da complexidade inerente à expressão escrita, mediante a reinterpretação das responsabilidades do professor e das atribuições dos alunos.

Fluxograma da proposta futura



Acreditamos que esta proposta, passível de ser reorganizada e aprofundada, será de grande valia no sentido de levar o aluno a reflectir e a produzir textos com boa formação, coesos e coerentes. Na verdade, primeiramente, o professor fará um enquadramento teórico do estudo da coesão gramatical e lexical através do uso de seus mecanismos para a produção textual, definindo-os e textos que permitem verificar o seu uso. Após este enquadramento e da sua exposição aos mecanismos de produção textual, com especial incidência na coesão e nos elementos constitutivos do género dissertação, propõe-se que sejam orientados para a sua aplicação através da produção textual.

Após este passo, o aluno passará ao desenvolvimento das produções textuais que serão analisadas e corrigidas pelo professor. A partir desse trabalho, será possível ao docente observar o conhecimento adquirido pelo aluno e também focalizar o ensino nas principais dificuldades por ele apresentadas durante a produção textual.

A fase seguinte desta proposta de intervenção pedagógica consiste na apresentação aleatória e anónima dos textos originais dos alunos pelo professor, para que sejam analisados e corrigidos em conjunto, numa estratégia de remediação dos problemas

detectados e com o objectivo de despertar na prática o interesse do aluno, alcançando, assim, maior dinamismo e compreensão.

Depois do desenvolvimento deste trabalho, o professor deve estar apto a levantar com precisão todas as fragilidades apresentadas pelo aluno no desenvolvimento de um texto dissertativo-argumentativo e apontar com objectividade estas fragilidades, clarificando e eliminando todas as dúvidas e questões.

A etapa final conclui-se através da avaliação e entrega dos textos pelo professor ao aluno, com indicações precisas para que este possa proceder à sua revisão e reformulação, de tal forma que apreenda os mecanismos inerentes a este modelo de produção textual.

Tomando por base o *corpus* analisado, podemos dizer que é necessário investir fortemente na estrutura deste género textual e nos mecanismos linguístico-discursivos que lhe estão subjacentes. A falta de conexão entre os elementos dos textos, a repetição de palavras e a ausência ou o uso inadequado dos conectores e dos elementos de coesão empregados, somando-se à indiferença ou despreocupação do aluno diante destes elementos, compõe um quadro de escasso conhecimento e interesse quanto ao domínio deste conteúdo, com consequências desastrosas ao nível do seu desempenho nos exames do ENEM. De facto, julgamos que a produção textual em sala de aula necessita cada vez mais de estratégias diferenciadas para que se atinja um bom nível de construção textual de acordo com o género solicitado¹¹.

Defendemos que é importante que sejam criadas situações em sala de aula nas quais os alunos reflitam sobre os textos que lêem, escrevam, falem ou ouçam, percebendo, numa abordagem contextualizada, a gramática da língua, as características de determinados géneros e tipos textuais, bem como o efeito das condições de produção do discurso na construção do texto e de seu sentido.

Acreditamos que a maioria do corpo docente das escolas de Ensino Médio no Brasil necessita de obter e/ou rever conhecimentos sobre as mais recentes teorias linguísticas, sobretudo as que abordam temas relacionados à linguística do texto, à pragmática e à análise do discurso, pois a atitude dos professores diante dos textos é essencial para qualquer inovação neste domínio.

¹¹ Cf. a este propósito o trabalho de Silva (2006).

Essa convicção motivou este estudo, que procura contribuir para uma prática que tenha a língua em uso como objecto de estudo, o que permitirá a abertura da Escola à pluralidade de discursos, por meio do exame de diversos textos e seus géneros.

Para concluir, queremos esclarecer que a dificuldade de comunicação escrita do aluno, em especial a produção do texto dissertativo-argumentativo, esteve sempre presente no discurso de alguns professores e pesquisadores preocupados com esta área da educação. Desta forma, segundo Koch (2002: 19), o acto de argumentar, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, “constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo”. Porém, raramente há uma preocupação da escola em proporcionar ao aluno a capacidade de, através da palavra escrita, defender seu próprio ponto de vista, que em última instância lhe permitirá o exercício pleno da cidadania. Para que se atinja esse ideal, é preciso que a escola cumpra sua função de autêntico lugar de comunicação e instrumentalize o aluno para que este compreenda e produza textos mais eficazes, com exposição e argumentação mais fundamentada. É responsabilidade da escola fazer de nossos alunos comunicadores efectivos, fazendo com que eles aprendam que sua escrita pode afectar o outro e promover transformações significativas não somente em suas próprias vidas como também nas dos outros.

4. CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho realizamos a análise de um *corpus* de textos dissertativo-argumentativos de alunos que se submetem aos exames do ENEM no Brasil, procurando determinar os problemas mais frequentes detectados nesses textos em termos dos mecanismos de coesão lexical e gramatical que intervêm na superfície textual com consequências para a o cumprimento dos outros critérios de textualidade, em especial o de coerência.

No sentido de fundamentar essa análise, começámos por explicitar o conceito de texto, de tipo de texto e de género textual, procurando explicitar as suas propriedades definitórias. No sentido de descrever os mecanismos subjacentes ao processamento textual, no domínio da sua construção e progressão, definimos o conceito de coesão e descrevemos os seus principais mecanismos, incidindo na distinção entre coesão gramatical e coesão lexical, e ainda coesão referencial e coesão sequencial.

Com base nos princípios teóricos descritos e com base na selecção de um conjunto de redacções do ENEM, foi estabelecida uma grelha de análise, que serviu de base a uma análise qualitativa e quantitativa dos dados observados.

Dessa observação resultou uma reflexão vinculada à necessidade de intervir na prática escolar para ultrapassar os problemas analisados, a partir da qual foi proposto um programa de intervenção pedagógico.

Assim, neste trabalho, não procurámos descrever todos os mecanismos de coesão gramatical e lexical delimitados na literatura, mas antes tratar aqueles que eram mais recorrentes nos textos, para tentar entender com mais precisão estes o uso problemático dos nexos coesivos, com vista à sua posterior remediação. Isto não significa ignorar que a

coesão não é uma condição necessária para assegurar a textualidade, mas antes evidenciar o contributo dos elementos linguísticos na construção do texto.

De facto, os resultados obtidos podem servir de base para a reflexão acerca da estrutura de um texto e da sua configuração linguística, para que o ensino de língua português não continue persistindo em práticas inadequadas, mas ajude os alunos que pretendem prestar exames no ENEM a terem mais segurança e conhecimento em relação aos requisitos exigidos na tarefa de produção textual. Na verdade, não adianta o professor só escrever no texto do aluno que falta coesão e coerência, mas sim mostrar ao estudante como se constrói a coesão e a coerência de um texto.

Como já afirmámos, esta análise é lacunar, na medida em que não contemplou exaustivamente todos os textos na análise realizada, mas apenas excertos, nem descreveu todos os mecanismos de coesão usados. A opção pelo uso de excertos decorreu do facto de se considerar que a análise dos diferentes parâmetros elencados merecia uma referência específica e particularizada no quadro do objecto estabelecido. Isso significa que, em termos de trabalho futuro, será proveitosa a análise dos mecanismos enunciados em textos completos, para aferir de que modo o seu uso ou não uso são configuradores de um acto comunicativo linguístico-discursivamente feliz.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adam, J-M. (1992) – *Les textes: types et prototypes*, Paris, Nathan-Université.
- Antunes, I. (1996) – *Aspectos da Coesão do texto: Uma Análise em Editoriais Jornalísticos*. Recife: Editora Universitária.
- Bastos, L. K. (1994) – *Coesão e coerência em narrativas escolares*. Editora Martins Fontes: Recife. Universidade Federal de Pernambuco.
- Beaugrande, R. & Dressler, W.N. (1997) – *Introducción a la lingüística del texto*. Barcelona: Ariel.
- Blancafort, H. C & Valls, A.T. (1999) – *Las Cosas del decir – Manual de Análise del Discurso*. Barcelona: Ariel.
- Bronckart, J-P (1999) – *Actividades de linguagem, textos e discurso: Por um interacionismo sócio – discursivo*. São Paulo: EDU.
- Cardoso, C. J. (2003) – *A socioconstrução do texto escrito: uma perspectiva longitudinal*. São Paulo.
- Cereja, W. M. & Magalhães, T. C. (2000) – *Texto e Interacção*. São Paulo: Atual.
- Coutinho, M. A. (2002) – De que falamos quando falamos de textos. In Mateus, M. H. M & Correia, C. N. (org.) – *Saberes do tempo. Homenagem a Maria Henriqueta Costa Campos*. Lisboa: Colibri.
- Coutinho, M. A. (2003) – *Texto(s) e Competência Textual*. Lisboa: FCT/FCG.

- Coutinho, M. A. (2004/2005) – Gramática textual do Português. In: www.fcsh.unl.pt/cadeiras/texto/ visitado em 16/09/2009
- Cunha, C. & Cintra, L. (2001) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Duarte, I. (2003) – *Aspectos Linguísticos da organização textual* In Mateus et al. – *Gramática da Língua Portuguesa*: Lisboa: Caminho.
- Fávero, L. L.(2007) – *Coesão e Coerência textual*. São Paulo: Ática.
- Fiorin, J. L. (1990) – *Para Entender o Texto: Leitura e redacção*. São Paulo: Ática.
- Fiorin, J. L. (1991) – *Tipologia dos textos*. São Paulo: Ática.
- Halliday, M. A. K & Hasan, R. (1976) – *Cohesion in English*. London: Longman.
- Koch, I. G. Villaça. (2002) - *Argumentação e Linguagem*. 7ª ed. São Paulo, Cortez.
- Koch, I. V. K. & Travaglia, L. C (1990) – *A coerência textual*. São Paulo: Contexto.
- Koch, I. V. K. (2003) – *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto.
- Koch, I. V. K. (2005) – *O Texto e Construção de Sentidos*. São Paulo: Contexto.
- Lamas, O. L. (2003) – *Introducción a la tipología textual*, Madrid, Arco Libros.
- Luft, C. P. (1996) – *A vírgula. Considerações sobre o seu ensino e o seu emprego*”. São Paulo, Ática,
- Mandrik, D. & Faraco, C. A. (1997) – *Prática de redacção para estudantes universitários*. Petrópolis: Vozes.
- Marcuschi, L. A. (1983) – *Linguística de Texto: Como é e como se faz?* Recife. Universidade Federal de Pernambuco.
- Marcuschi, L. A. (2004) – *Gêneros Textuais: definição e funcionalidade*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Parker, J M; Coimbra, R. L. (1988) – *Factores de Coesão no Ensino do Texto Poético* Actas do 1º Encontro Nacional de Didácticas e Metodologias de Ensino. Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Pinto, R. (2006) – *Argumentação em Géneros Persuasivos Um Estudo Contrastivo*. Dissertação de doutoramento em linguística. UNL: Lisboa.

- Platão & Fiorin (2005) – *Para entender o texto: leitura e redacção*. São Paulo: Ática.
- Rodrigues, S.V. (2008) – *Estrutura e Funcionamento da Interação verbal Polémica. Contributo para o Estudo da Polimicidade em Camilo Castelo Branco*. Tese de Doutoramento Apresentada à Universidade do Porto. Porto: FLUP.
- Silva, F. O. Iranilda (2006) – *O Papel de Actividades Lúdicas na Produção de Textos Dissertativos*. Tese de Mestrado em Ciências de Linguagem apresentada na Universidade Católica de Pernambuco. www.biblioteca.universia.net/ficha. Visitado em 10/09/2009.
- Travaglia, L. C. (1997) – *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez.
- Val, M. G. C. (2006) – *Redação e Textualidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vencchia, A. (2008) – *A argumentação na escrita*. São Paulo: Scortecci.

ANEXOS

TEXTO 1

Tema: Iguais em direitos e deveres

O grande contraste entre as favelas e as cidades são muito grandes, pois existe uma grande discriminação com as pessoas que moram lá, achando que todas as pessoas que moram nas favelas são criminosos e também pobres.

O preconceito que os habitantes das favelas sofrem é muito grande. Só pelo fato dos grandes conflitos que acontecem nos morros das favelas entre os criminosos, muitas favelas pessoas acham que todos das favelas são bandidos. Vemos exemplo disso na televisão, nos jornais em que muitos policiais confundem pessoas "normais" com os bandidos, pelos simples fato de morarem lá.

Outro problema que os moradores das favelas sofrem é pelo fato de serem considerados pobres E por terem uma vida social baixa ajuda na discriminação. Percebemos que as favelas foram criadas por causa da grande reforma que ocorreu no Rio de Janeiro no passado e ela também começou a ser habitada pelos operários e trabalhadores que na época já sofriam discriminação por serem pobres e não tinha valor algum. Percebe-se ainda, que isto existe no Brasil apesar das grandes mudanças ocorridas nos dias de hoje.

Portanto, para que as diferenças entre as favelas e as cidades venha a diminuir, as pessoas deveriam se conscientizar que todos nós somos iguais, independente das classes sociais e do lugar onde se mora.

TEXTO 2

Tema: Mentir não é crime!

A mentira é algo que sempre esta presente em nossas vidas, seja ela de maneira direta ou indireta. A princípio não conseguimos ver nenhum mal nisso, afinal "Quem nunca contou uma mentirinha aqui ou ali?!". Porém, esqueçamos por um instante a mentira e pensemos por alguns segundos somente na verdade. A maioria de nós nunca nos preocupamos em modificar ou até mesmo omitir fatos que, a princípio, não nos teria nenhuma importância futura Mas alguém já parou para pensar em como o hoje poderia ser completamente diferente da nossa realidade atual se todos nós nos comprometêssemos somente com a verdade?

O fato é que a maioria dos seres humanos, por mais que digão o contrário, são educados de forma ideologicamente igual, num mundo onde o que realmente manda é o poder.

Sem nenhuma sombra de dúvidas, conhecimentos que jamais se passaram pela nossa imaginação, são trancados a sete chaves. Conhecimentos políticos, históricos e

principalmente religiosos, que se fossem descobertos poderiam causar um "tufão" nos quatro cantos do mundo, assim como é dito na teoria do caos.

O mundo nos guarda grandes surpresas que somente o tempo poderá nos revelar. Algumas boas, outras ruins, mas que no fundo havia motivos para serem ocultadas durante tantos séculos.

Apesar de sermos acostumados a mentir, sempre devemos pensar bem em nossas atitudes. Por enquanto mentir não é crime, Porém nossa consciência às vezes é mais cruel com nós mesmos do que qualquer castigo já conhecido pela humanidade

TEXTO 3

Tema: Fumar por tabela nunca mais?

Bem, ao que nos parece[,] a resposta desta vez é sim. Fumei passivamente por muito tempo e, confesso, não achava nada bom aspirar toda aquela fumaça[,]em uma sala fechada do escritório em que trabalhava.

Certamente haverá muita resistência por parte daqueles que fazem do fumo uma válvula de escape para suas angústias e aflições. Mas há que se entender, não se proibiu o fumo, e sim onde se fuma. Nesse caso não se feriu direito algum, já que a medida visa proteger[,] sim, o direito daquele que preza por sua saúde, mantendo a liberdade de envenenar-se, quem assim o desejar.

E se o desejo é tão grande que não consegue conter-se, felizmente em nosso planeta ainda temos mais lugares apropriados do que aqueles onde se proíbe fumar. Como o ser humano defende sua liberdade acima do direito do outro, cabe muito bem que as autoridades legislativas defendam esse direito, mesmo que essa defesa não tenha sido baseada única e exclusivamente na integridade do não-fumante.

Não fumar é uma opção saudável, deve sobrepor-se a [à] decisão de abreviar a vida, dom divino, de forma tão trágica.

TEXTO 4

Tema: verdade ou não...eis a questão

O mundo está passando por inúmeras transformações. Não há praticamente nenhuma barreira entre uma cidade e outra, ou[,] entre países. Isso ocorre devido os variados meios de comunicação que nem sempre é utilizado de forma honesta.

Com o surgimento dos jornais, das rádios, das televisões e da famosa. Internet[,] as pessoas na maioria das vezes, apresentam-se bem informadas, sobre os mais importantes assuntos. Mas, não deixam de lado a desconfiança[,] do que realmente é verídico nesses acontecimentos. Afinal é o mundo em si[,] que faz com que essas pessoas pensem dessa maneira, devido as trágicas ocorrências.

Esses mesmos meios de comunicação [,] são vistos em alguns casos, somente por motivo de diversão, ou pior, muitas pessoas fazem uso desses meios, apenas para poderem, de certa forma prejudicar alguém, ou se sair bem em determinada situação.

Portanto, as pessoas que integram esse mundo, principalmente os que trabalham nesse ramo, deveriam conscientizar-se, fazendo com que haja uma melhor convivência entre os seres humanos.

TEXTO 5

Tema: [Sem título]

O preconceito racial esta cada vez menor, a cada dia estamos nos deparando com isso, os negros tão por toda parte e cada dia esta surpreendendo o povo[,] é na televisão, no atletismo e agora na presidência, etc, temos que mudar, ninguém é melhor do que ninguém[,]

E que com certeza, com essa mudança a tendencia é so melhorar, vamo abrir nossas cabeça, e ver que o mundo vai ser bem melhor, vamos todos dizer chega de racionalimo.

Texto 6

Tema: Desconcordância

Com todo o dilema enfrentado nas federações falantes da língua portuguesa, deve-se lembrar que a origem do dialeto pertence ao país que mais sofre com as adaptações que serão feitas nos próximos três anos. A forma como Portugal utiliza a língua portuguesa é uma característica de seu povo, com sua forma de falar que é claramente diferente do português do Brasil, que combina com seus usuários: aberta e tranqüila.

As mudanças que os lusitanos terão de habituar ao seu cotidiano é como mudar a própria linguagem e, realmente[,] perder um elemento qualitativo da língua materna de Portugal. Com tantas questões culturais, intelectuais e educacionais envolvidas, faz-se necessário alterar o português, quando todos podem entender e reproduzir o que está sendo dito na rua, nas escolas, etc?

Ao ser proposto, em 1990, o tão falado Acordo Ortográfico levou quase 20 anos para ser aceito nos oito países lusófonos. No caso do Brasil, são poucas mudanças, porém, significantes ou mínimas, tais alterações farão parte do dia-a-dia do brasileiro, que terão de se encaixar na gramática que passa pelas mãos de estudantes. Ainda que unidos pela unidade significativa "língua", a reforma causará transtornos continuamente grandes e desavenças entre os lusófonos.

Assim, as bases fracas das antigas colônias portuguesas e as populações tidas como analfabetas, terão dificuldade para ultrapassar o estágio de adaptação do Acordo. Da mesma forma que a ex-colônia, Portugal, será prejudicada com sua herança lingüística cultural abolida. Então, para quê complicar tanto deixando o pobre pingüim parecendo pinguim?

TEXTO 7

Tema: O ensino

“Constituição Brasileira: Educação direito de todos”[.] “Tem” falado muito nestas palavrinhas bonitas nos últimos dias "educação, ensino, aprendizagem" e muito pouco tem sido feito ou quase nada. Não podemos “nega” a existência da deficiência do ensino brasileiro. “Embora exista uma grande diferença na qualidade de ensino entre escola pública e privada. Políticos desestruturados, educadores desmotivados, professores mal remunerados, alunos rebeldes e desinteressados”. Ora, de quem é a culpa? Com toda certeza é nossa. Burguês “pagão” caro, muito caro pelo ensino de seus filhos. Educação custa caro. Eles "os burgueses" a elite, que domina e manipula a grande massa, são os grandes responsáveis pela péssima qualidade do ensino do nosso país. Educar, ensinar, instruir, orientar, informar, pra que? Quanto menos informado melhor; fica mais fácil “engana” e enrolar. Pra que perder dinheiro, tempo e energia educando o povo, se podemos enriquecer a custa “deles”. A culpa é toda nossa.” Por que assistimos tudo ao longo dos anos de boca calada; não reagimos, ficamos e somos acomodados. “Se quisermos uma educação de primeira linha, tanto de escola pública ou particular; com ensino de qualidade que possa formar homens e mulheres aptos a encarar a vida e todo o seu desafio”. Devemos agora, “já”, unir toda nossa força, assim como unimos no carnaval, nos campeonatos e nos jogos da copa. De mãos dadas lutaremos por uma sociedade mais justa, onde todos terão acesso à educação. “A educação que muda que transforma”. Essa é o ensino que queremos “pra” nossos filhos e “neto”.

TEXTO 8

Tema: 2012, não é um prazo muito curto?

O objetivo da reforma é muito claro e objetivo, mas será que vai funcionar? A reforma ortográfica é desconhecida pela metade da população brasileira, 2012 é um prazo muito curto para que todos nós brasileiros se acostumemos com ela. A unificação do português é um passo muito importante e necessário, concordemos que essa mudança foi muito radical e que para que o acordo fosse posto em prática era preciso que nós já estivéssemos mais ou menos cientes dos acontecimentos, mas tudo foi muito rápido, nas escolas nem se sonhava com essa reforma e de uma hora para outra vamos ter que nos adaptar. Para nós aprendermos completamente e entendermos, vamos precisar de muito mais que três anos. Está em reforma a ortografia de um país e não o banheiro de uma casa. A reforma chegou sem avisar e agora todos terão que se adaptar, o maior problema de todos será o das escolas, ou melhor, não das escolas e sim dos alunos e professores. Livros que expliquem a reforma nem são confiáveis, muitos divergem. Os únicos meios de se saber um pouco sobre a reforma ortográfica é pela televisão e internet, e quem não tem acesso a isso? Fica completamente por fora dos acontecimentos, quanto tempo uma pessoa sem acesso a esses meios demorará para se adaptar a reforma? Acredito que três anos será pouco para que essa pessoa saiba ao menos o que é a reforma e para que serve, e pessoas que não frequentam mais as escolas como ficaram com a reforma? Muitas perguntas que provavelmente não foram pensadas, muita coisa ainda está no ar, não sabemos ao certo o que será de todas essas pessoas, não sabemos e ninguém quis nem saber. Agora apenas nos resta esperar para que possamos responder a todas essas perguntas, e para que possamos ter certeza de que iremos ou não se adaptar até o prazo. Esperamos que essa reforma dê resultados e que tenha realmente esses efeitos que esperamos que tenha, que realmente unifique o português

Que abra portas para muitas oportunidades, que tenha um resultado positivo e que desse resultado positivo nós ganhemos algum proveito. E que todos tenham acesso as informações necessárias para se informarem e se atualizarem, três anos é realmente pouco tempo, mas não cabia a nós decidir, então nossa última e única opção é esperar e enquanto isso se informar, e tentar entender as novas regras do português, cada da forma que lhe for disponível, mas sempre procurando e tentando aprender e se atualizar para que possamos responder as expectativas.

TEXTO 9

Tema: As várias maneiras de financiar a violência

Não. A legalização do uso da maconha não é a melhor saída para diminuir o tráfico de drogas, nem para amenizar a violência. Esta seria uma decisão que beneficiaria apenas as indústrias farmacêuticas, os fabricantes e os comercializantes dessa droga.

Ao contrário do que muitos pensam, legalizar o uso da maconha só fará aumentar e tráfico e conseqüentemente a violência, já que grande parte destas parte das "bocas de fumo".

Sua legalização facilitaria ainda mais o trabalho desses bandidos, já que vendendo maconha não estariam cometendo nenhuma ilegalidade e o dinheiro arrecadado com esse "trabalho limpo" seria usado para financiar uma violência que se encontra em estado insustentável.

Já para as indústrias farmacêuticas, essa seria um ótima medida, facilitando e baratiando a compra dessa droga tão usada em medicamentos. Assim como para os fabricantes que poderiam transformar esse em um trabalho como qualquer outro.

Legalizamos o consumo de cigarros, de bebidas alcoólicas, o porte de armas, devemos facilitar ainda mais o trabalho dos bandidos?

A muita contradição em tudo isso, sabemos que cigarros e bebidas alcoólicas faz mal a saúde, sabemos que milhões de pessoas são mortas por armas de fogo, sabemos que a maconha é uma arma que financia o tráfico, e mesmo assim deixamos que o uso de todas elas seja legal perante a lei. Até quando viveremos nesse impasse?

TEXTO 10

Tema: Favelas: espaço geográfico e social

As periferias têm sua representatividade[!] Favelas, morros e comunidades vêm conquistando espaço no contexto social do Brasil. As periferias das grandes cidades elegem seus políticos e são rotas de turismo, mas ainda se deparam com o problema da violência. Os moradores das comunidades carentes são constantemente discriminados. São tachados de "favelados" e logo associado ao tráfico e à bandidagem. Mas com o processo de urbanização de favelas e o aumento do acesso de seus jovens a informação, esporte e cultura, o preconceito com estes moradores vêm diminuindo.

Como estas áreas, em sua maioria, são populosas, existem vereadores e deputados eleitos com campanhas feitas dentro das periferias, com plataformas de governo voltadas à

comunidade. É comum jovem de classe média e alta aderir a movimentos nascidos nos morros. Principalmente músicas e danças.

A favela da rocinha[,] no Rio de Janeiro, com mais de 200 mil habitantes, é considerada a maior do mundo. E apesar de constantes conflitos entre traficantes e policiais, é um dos pontos turísticos da cidade.

Movimentos culturais, atividades esportivas e inclusão digital são úteis para afastar crianças e adolescentes da violência nas favelas. Programas sociais dos governos que contribuem para integração entre classes, farão diminuir a "distância" entre os bairros nobres e as comunidades Carentes. É um processo lento, em uma sociedade que, historicamente, demora a se adaptar diante de uma nova tendência: as favelas tendo tanta importância social como já possuem importância geográfica.

TEXTO 11

Tema: Cotas: Solução para a defasagem

Nas Universidades brasileiras, o sistema de cotas para os afrodescendentes[,] objetiva a diminuição das desigualdades sociais constituídas ao longo dos anos, mas a lei ainda gera muitas polêmicas, inclusive entre os possíveis beneficiários. Uns acreditam que a norma aumenta ainda mais a discriminação já existente, outros comemoram como uma conquista.

O primeiro argumento faz parte do discurso habitual[,] daqueles que se pronunciam contrários ao sistema, pois para eles, biologicamente, todos são iguais e que, portanto, estabelecer cotas seria atestar a inferioridade dos negros do ponto de vista intelectual.

Já outros, na maior parte os contemplados, comemoram como uma conquista e consideram ser uma retratação às atrocidades sofridas pelos negros desde a escravidão, gerando assim, uma possibilidade de reparação pela discrepância na qualidade do ensino das escolas públicas.

Divergências à parte[,] espera-se dos governantes, políticas eficazes para a diminuição das desigualdades sociais e que a educação no Brasil seja reformulada, assegurando melhorias na qualidade do ensino ofertado nas redes públicas. E, que esta garantia não seja só para os negros, mas também para os índios, para os pobres, enfim, a todos sem distinção.

TEXTO 12

Tema: A Decisão é da Mulher

Legalizar o aborto significa que nenhuma mulher poderá ser presa por esta prática e que o Estado estará obrigado a garantir assistência à saúde desta mulher na rede pública. Porém muitas pessoas e principalmente entidades religiosas acreditam que aprovar determinada lei significa um crime contra a vida e fazer apologia ao aborto [.]

A criminalização do aborto faz com que as clínicas clandestinas lucrem no comércio ilegal de abortamentos e milhares de mulheres morram por ano ao realizarem o aborto na clandestinidade, se houvesse a legalização, poderíamos ter números oficiais de abortamentos e controlá-los para diminuir esses números.

São as mulheres pobres, as maiores vítimas da criminalização do aborto. São elas que morrem por não ter dinheiro para pagar por um aborto em clínicas clandestinas caríssimas e acabam por realizar abortos em situações desumanas, sem terem um acompanhamento médico antes, durante e depois do aborto.

Legalizar o aborto não significa incentivá-lo e sim poder reforçar campanhas de educação sexual para evitá-lo. campanhas de educação sexual para evitá-lo. A maternidade só será plena se for voluntária, livre e desejada, por isso é preferível a mulher assumir que não está pronta para trazer uma criança ao mundo do que fazer esta criança passar por maus tratos e sofrer. Não faz sentido que pessoas em nome de princípios religiosos imponham proibições para pessoas que não pensem como elas.

O aborto é um direito das mulheres de decidirem sobre seu corpo e sua vida. Nenhuma mulher é obrigada a fazer um aborto e quem for contra poderá manter sua opinião, seguir seus valores e religião. Mas aquelas que tiverem uma gravidez não planejada devem ser respeitadas na sua decisão, e o Estado deve garantir a possibilidade destas de interromper a gravidez sem correr risco de morte ou ir para a cadeia. Nenhuma mulher deve ser perseguida, humilhada, condenada ou presa pela prática do aborto.

TEXTO 13

Tema: Em defesa do novo Acordo ortográfico da língua portuguesa

União Européia, Mercosul, Nafta, Benelux, são tendências econômica-políticas de um mundo globalizado. E porque a tendência de unificação não poderia acontecer com uma língua? O novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde primeiro de Janeiro deste ano, insere-se dentro do quadro gerado pela globalização.

A história da Língua Portuguesa, assim como a de outras línguas, sugere que houve mudanças. Ao lermos um clássico da literatura brasileira, podemos isso perceber. E porque tanta resistência a esse Acordo?

As mudanças estabelecidas pelo Acordo não são tantas assim: o novo alfabeto incorporará o "k", o "w" e o "y"; o trema desaparecerá das palavras da língua portuguesa, sendo aceito em palavras estrangeiras. Ademais, existem mais seis regras. Portanto, não é necessário opiniões como a de Pasquale Cipro Neto que acredita ser "estéril e inoportuno Acordo cujo custo supera o suposto benefício". Apesar de um primeiro momento, realmente gerará mais custo, visto que, por exemplo, as editoras terão que republicar todos os livros em português. Por outro lado, os governos cuja língua oficial é o português precisarão apenas produzir um documento oficial, ou seja, o Brasil só necessitará redigir um documento para Portugal e Cabe Verde sobre um determinado assunto que envolva os três países.

Já Evanildo Bechara defende o Acordo, porque "é essencial que o português se apresente com uma única vestimenta gráfica. Para manter o prestígio e para que seja mais bem ensinado e compreendido por todos".

Vale lembrar que o Acordo abre a possibilidade da língua portuguesa lutar para se tornar uma das línguas oficiais na ONU.

Portanto, o Acordo é necessidade do nosso tempo. A língua é algo plástico, viva; muda frequentemente.

TEXTO 14

Tema: Mal Necessário

Não são raras as polêmicas eclodidas, principalmente quando o assunto abordado refere-se a Ações Afirmativas dirigidas a parcelas[,] historicamente[,] perseguidas e discriminadas da sociedade.

Embora o parágrafo anterior pareça, à primeira leitura, absurdo; não o é. Tais polêmicas originam-se de uma ideologia, amplamente divulgada e acatada, baseada em critérios históricos (políticos e sociais) que refletem conceitos elaborados e transmitidos por personagens ou instituições intimamente ligadas ao Poder e sua manutenção.

Obviamente as "Cotas Universitárias para Estudantes Negros" incomodam uma sociedade estruturada em conceitos democráticos de igualdade-legal, porém deturpada, ou melhor, direcionada a interesses próprios, quando em verdade deveria ser entendida como um princípio constitucional capaz de oferecer tratamento igual aos iguais e diferenciado aos desiguais.

Há de se destacar, ainda, que o modo como esta política de inclusão-afirmativa tem sido veiculada pela mídia apresenta forte direcionamento à classe média brasileira, levando-a a acreditar que se encontra em "xeque" frente a um dos seus maiores sonhos de consumo, após a aquisição do imóvel próprio: o ensino superior público gratuito e de qualidade.

Somado à falta de competência regulamentar e de bom senso governamental, no trato do assunto, criou-se uma verdadeira atmosfera de combate à tais políticas afirmativas relegando o questionamento principal (inclusão social) a segundo plano.

Melhor seria que tais "Ações Afirmativas" não fossem necessárias; que aqueles grupos sociais explorados e ignorados num passado recente, já estivessem plenamente inseridos num contexto de Justiça Social e de cidadania (igualdade de oportunidades, de acesso à educação de qualidade e de trabalho); porém enquanto tal cenário não floresce em nosso meio faz-se necessário a existência destes procedimentos a fim de se evitar o esquecimento e sacrifício de toda uma geração, não de negros, mas de cidadãos brasileiros.

TEXTO 15

Tema: Concientização é a solução

A fome poderia facilmente ser resolvida no país, pois vivemos em um país muito grande e com terras férteis, terras estas que na maioria das vezes estão nas mãos de grande latifundiários digo latifundiários que as abandonam e as deixam improdutivas.

Há também o grande desperdício por parte da população, indústrias e transporte dos alimentos, se somarmos todas estas peças teríamos um total de quase 50%, alimentos este que poderiam[.]estar matando a fome de inúmeras pessoas. Muita digo grande parte da população tem consciência deste desperdício e colaboram como podem para acabar com a fome. Uma ideia usada pelo governo do Paraná para reduzir a fome no estado foi a invenção de um "sopão", sopão este que é feito a partir das sobras de legumes e verduras que são doados pelas centrais de abastecimento[.] esta ideia esta contribuindo para reduzir o número de famintos no estado e esta ideia deu tão certo que outros estados brasileiros estão adotando esta ideia, mas só o sopão não conseguirá acabar com a fome do país nos também temos que nós conscientizar e tentar reduzir ao máximo o desperdício não só o de alimentos mas também o de água, energia e recursos naturais.

TEXTO 16

Tema: Ser ou não ser? Entrar ou não entrar, eis a questão?

Muito se descuti hoje sobre a cota de negros nas universidades brasileiras.

É um preconceito maior dar oportunidade a alguns que tão poucas chances tiveram na vida? É incentivar o comodismo, fazendo com que os próprios negros criem um ciclo vicioso por causa da cota? Ou é valorizar um povo que realmente recebe poucas oportunidades?

Durante muito tempo não pensavamos em ver um gerente de banco negro, ou um bom médico negro, hoje existem excelentes profissões ocupadas por excelentes profissionais negros, será que os mesmo não se beneficiaram de alguma cota para negros em algum momento de suas vidas e por isso chegaram onde chegaram?

É muito revelante pensarmos que por dar a cota a um negro estamos deixando de ter preconceito, porque ao entrar na "sonhada" universidade, mais uma vez o negro terá que conviver com a "pressão" de ter sido acolhido pela cota.

Mas indepêndente desta circunstância, a cota para negros será bem aproveitada, por que sempre encontraremos negros bem sucedidos: gerentes, administradores, empresários e outros diversos modelos para a sociedade que foram acolhidos pela cota e formaram-se excelentes profissionais, apesar dos pesares!

O tempo hoje, a chance hoje é pra quem sabe aproveitar ainda que seja uma pequena chance, ainda que seja uma em um milhão ainda é uma chance. Então mesmo que remota essa "chance" de crescer é e continuará sendo bem aproveitada *por aqueles que querem vencer e dar um passo para a tão sonhada "igualdade social"*.

TEXTO 17

Tema: Herança quilombola

Quem nunca passou pela situações de estar em alguma lanchonete ou outro estabelecimento e ter que engolir a fumaça do cigarro de alguém?

Com certeza quase todo mundo já passou por isso. E é exatamente para evitar este tipo de situação que o governo criou a lei de Combate ao Fumo[,] nada mais do que justo para os não-fumantes.

Lógico que essa lei gera muitas discussões, principalmente por parte dos fumantes[,] por achar que o governo está tirando seu livre-arbítrio, o que não é verdade, pois eles são livres para fumar a hora que quiserem desde que não seja em ambientes fechados[,] afinal de contas, os não-fumantes também precisam da liberdade de não engolir uma fumaça daquales que querem distância.

Dessa maneiras, com um pouco de compreensão é possível que fumantes e não-fumantes vivam em harmonia, desde que cada um respeite a liberdade do outro, que é exatamente o que essa nova lei propõe.

TEXTO 18

Tema: Aberração Temporal

A longevidade nas relações conjugais está pautada na confluência de interesses[,] que não econômicos (e afins), a exemplo de objetivos profissionais e familiares, onde uma grande diferença de idade entre o par caracteriza contradição à felicidade.

A união passional duradoura necessita de convergência de objetivos - aparentemente frugais - a exemplo da realização profissional: não é possível haver descompasso, em função da diferença de idade, que caracterize um dos conjugues em vias de aposentar-se, enquanto o outro investe em uma recém-iniciada formação.

Quanto ao tempo biológicos, a variação de mais que dez anos parece ser estranha e intolerável à salutar convivência, especialmente passada uma década esponsal, estando sujeita à reprovação social - dada a incomum incidência de casos semelhantes, agravada pelo não consentimento familiar.

Ademais, há que citar, a exemplo de outros conhecidos, o fato de remetem a (bastante reprováveis) interesses que nenhuma relação têm com o amor, como a obtenção de status social, a dependência do arrimo familiar e a supressão decisória de um sobre o outro. Uma relação conjugal que, por interesses diversos ao amor, é notável em virtude da considerável diferença de idade entre os cônjugues[,] está fadada ao infortúnio, uma vez que são imprescindíveis metas e vivências comuns a ambos, sob pena de haver não somente variação temporal biológica[,] mas divergências pessoais, culminando com o desrespeito mútuo, a infidelidade e ao fim infeliz (e até trágico) da relação.

ANEXO 19

Tema: O preço a ser pago é caro

Quem nunca disse a um amigo que seu novo corte de cabelo ficou muito bom, quando na verdade ficou péssimo? Ou contou aos pais que o boletim ainda não havia chegado, só porque tirou uma nota baixa? Ou disse que a roupa de outro amigo ficava muito bem nele,

mas[,] na realidade estava muito grande? E eu duvido que alguém nunca tenha feito uma brincadeira de primeiro de abril, dizendo que iria viajar por um ano para a África.

A mentira tornou-se algo que a sociedade precisa para existir. Muitos acham mais fácil mentir para se conseguir o que quer ao invés de fazer algo a respeito. Mas em alguns casos essa mentira perde o controle e se torna algo que poderá gerar inimizades, não só entre pessoas, mas entre nações.

Essa necessidade de mentir pode se explicada, talvez, pela preguiça, ignorância, falsidade e até mesmo um costume que vem desde que somos crianças. A mentira é algo contagioso, pois, a partir de uma mentira contada, muitas outras virão. E arrastarão muitas outras pessoas para essa corrente, que geralmente acaba em algo ruim.

Seriam as pessoas que mentem constantemente doentes? Ou poderiam ser consideradas viciadas em algum tipo de droga? E quem são esses tais 'mentirosos'? Existem mentirosos "do bem", cujas mentirinhas são inofensivas?

Embora alguns mentirosos não ajam com mal intenção, existem outros que, as vezes, tem certeza absoluta de que ninguém descobrirá a lorota que contou e acabará se dando bem. O certo é que mentirosos são mentirosos, assim como, de acordo com Parmênides, o que é, é e o que não é não é. Independente da gravidade de suas mentiras haverá conseqüências pequenas ou, quem sabe, até em nível mundial. A mentira é de graça no início, mas no final o preço a ser pago é caro.

TEXTO 20

Tema: Racismo Inclusivo

Muitas medidas compõem a recente iniciativa do governo que têm como intuito reduzir os impactos sociais, gerados através da história, sobre os negros. Sabe-se que quase metade da população brasileira é composta por afrodescentes, o que confere a essas medidas uma ótima projeção. Mas, para que sejam realmente eficazes, devem levar em conta o porquê de sua existência, o resultado real das mesmas e onde o problema a ser solucionado por elas foi gerado. O sistema de cotas, bastante polemizado, é uma dessas medidas, e exatamente a que será discutida a seguir.

A partir do diapasão apresentado, a primeira análise é sobre qual a real utilidade do sistema de cotas. Ele foi elaborado, diz-se ao menos que, para proporcionar algum equilíbrio nas oportunidades de negros e brancos. Porém, a solução se mostra uma forma de admitir a fragilidade do aparelho do estado. Mas, a este ensino frágil não são submetidos apenas os favorecidos pelas cotas. E os restantes, considerados brancos, como ficam? Conclusão, o

sistema serve para "tapar o sol com a peneira", ou seja, gerar um pequeno resultado para enganar a população.

O próximo passo é analisar a base não firme: o ensino. É necessário que haja intervenção nos vestibulares para alcançar uma porcentagem "satisfatória" de não brancos dentro das faculdades. Isso indica que esses tem maior dificuldade para ingressar no ensino superior. Tal subtração inicia-se quando o jovem de classe baixa tem de vencer empecilhos essencialmente sócio-econômicos, como distância da escola e dificuldade de transporte, para conseguir estudar. Tratar o mal pela raiz é acabar com esse e ainda outros problemas, e fazê-lo é melhorar os meios de ensino em todo o país. Caso isso acontecesse, as cotas não teriam mais nenhuma função, nem a apresentada anteriormente.

Agora, temos a frente aquilo que essa medida em si gera: polêmica. É motivo de notícia, repulsa, tema de redação em vestibulares, discussões e etc. Ótimo, assim tem-se um momento em parar, pensar, e enxergar que, após a abolição da escravatura, o negro ficou em situação deplorável. E não trouxe miséria apenas a esses mas, com o excesso na imigração, traria miséria também a brancos. Hoje, todos estão bem integrados nos sistemas públicos de saúde, educação, transporte, moradia, que são inevitavelmente incapazes de suprir a toda essa população.

Provavelmente, essa louvável iniciativa do governo, pois já representa um progresso, já beneficiou a muitos negros e pardos. Porém, ajudou em uma pequena parte da realidade que eles enfrentam todos os dias. Em suma, a medida além de não resolver o problema como um todo, ainda não proporciona o benefício a todos os que realmente precisam. Tem-se aí o começo de um novo tipo de racismo, que pode ser chamado de "inclusivo". Trazendo o afrodescendente para ser discriminado entre os mais pobres como o único a usufruir, por exemplo, das cotas.